município
BENAVENTE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ATA Nº 06/2022 – Quadriénio 2021-2025

RELATIVA À QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA, DO CORRENTE ANO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

No dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois, no salão da Casa do Povo de Santo Estevão, realizou-se a quarta sessão ordinária, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, relativa ao quadriénio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco, **com a seguinte Ordem do Dia:**

PONTO 1 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO E DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) 02 DE SAMORA CORREIA E OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA - PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA – Discussão e eventual aprovação da alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) 02 de Samora Correia, do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU 02 de Samora Correia. Pronúncia sobre a constituição do município de Benavente como entidade gestora das Operações de Reabilitação Urbana nas áreas em causa, bem como sobre a atribuição dos benefícios fiscais – tudo, para efeitos de início do necessário procedimento de consulta pública, mediante publicação oficial em Diário da República, nos termos das disposições conjugadas das alíneas c) e r) do n.º 1 do artigo 25.º d o Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação e dos artigos 45.º e 71.º do Estatuto dos Benefício Fiscais;

PONTO 2 - PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS (UCSP) DE BENAVENTE – RELATÓRIO, INCLUINDO A APRECIAÇÃO DOS CONTRIBUTOS EM FASE DE CONSULTA PÚBLICA E A PROPOSTA DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL, PARA EFEITOS DE SUBMISSÃO À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Discussão e eventual aprovação, ao abrigo e nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;

PONTO 3 – RECRUTAMENTO PARA CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA – PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL – Apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

PONTO 4 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÈRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento;

PONTO 5 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto, ambos do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente.

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: - Mário Rui Filipe Santos, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, Primeira Secretária da Mesa, José Duarte Salgueiro, Segundo Secretário da Mesa, Irina Noël Matias Batista, Mário Jorge Campos Pereira, Joaquim Correia Castanheiro, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia

de Benavente e Augusto José Ferreira Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, todos em representação da CDU-Coligação Democrática Unitária; - Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Dora Isabel Lúcio Morgado, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Nádia Isabel Pernes da Silva Matos, Armando Batista de Almeida e Nelson Alexandre da Silva Norte, todos em representação do PPD/PSD-Partido Social Democrata; - António José Rabaça Silva Ribeiro, Cláudia Sofia Gordo Martins, Pedro Alexandre Santos Gameiro, António Manuel Quaresma Serrano Galveia e Ana Margarida da Silva Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, todos em representação do PS-Partido Socialista; - Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Paulo Alexandre Fonseca Cardoso e João Amândio Cação da Cruz, em representação do Partido CHEGA; - Bruno Manuel Soares Nepomuceno, em representação única da CIMB-Candidatura Independente pelo Município de Benavente.

Justificou a ausência a eleita Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, do Grupo Municipal do PSD, que foi substituída por Maria da Graça Oliveira Nobre Vicente.

A esta sessão compareceu, igualmente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, e os srs. Vereadores Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro do Vale, Hélio Manuel Faria Justino, em representação da CDU, José Manuel Valente Nunes Azevedo, em representação do PS, Luís Miguel Neves Feitor, em representação do PSD e Milena Alexandra Boto e Castro, em representação do CHEGA.

Depois de confirmar a existência de quórum, **o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, com a presença de vinte e cinco eleitos.

Iniciou os trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em nota de destaque, manifestou o seu regozijo pela participação do público presente, indo ao encontro daquilo que considera ser o objetivo principal da descentralização das sessões da Assembleia Municipal, a proximidade dos cidadãos ao Poder Local, promovendo e incentivando a sua maior participação no processo de construção do projeto *autárquico*.

Relembrou a necessidade de ser assinado o Livro de Ponto, transmitiu a ausência da eleita, Cristina Maria de Carvalho Silva Branco, do Grupo Municipal do PSD, que foi substituída por Maria da Graça Oliveira Nobre Vicente e elencou toda a documentação incluída nas pastas individuais dos eleitos: - cópia da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 19.09.2022, cuja ata foi aprovada na reunião de 26.09.2022, correspondente ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos da sessão, enviada a conhecimento dos eleitos, via email, no dia 27.09.2022; - pedido da Câmara Municipal para a introdução de um Ponto Extra à Ordem do Dia da Sessão, respeitante a uma Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022, enviado a conhecimento dos eleitos, via email, no passado dia 26 de setembro; - cópia de documento remetido pelo ROC-Revisor Oficial de Contas, contendo o relatório semestral de execução orçamental das Contas da Câmara Municipal, rececionado e enviado a conhecimento dos eleitos, via email, no próprio dia da sessão.

Deu início ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

A sra. Primeira Secretária da Mesa transmitiu o nome de cada um dos elementos do público, inscritos:

1. Rosa Maria de Moura Cavaco; 2. Elsa Januário Correia; 3. Alfredo Manuel Fernandes Martinez; 4. Rodrigo Gallego; 5. Luís Manuel Costa Arrais; 6. Carla Susana Loja Rocha Massano; 7. Alexandra Rodrigues; 8. Elisabete Silva; 9. Maria Júlia Ferreira; 10. Sandra Cardoso, todos residentes em Santo Estevão, à exceção do sr. Luís Arrais, residente em Benavente.

A sra. Rosa Cavaco expôs três situações: a primeira, sobre a necessidade de ser criado um **parqueamento específico para os camiões, em Santo Estevão**, de forma a evitar estacionamentos abusivos, que têm provocado prejuízos vários, como a destruição de calçada dos arruamentos; a segunda, relativa ao número insuficiente de contentores de recolha de lixo, por não corresponder ao aumento da população; a terceira, se era verdade que as ruas que rodeiam as lagoas do Zambujeiro iriam ser destruídas.

A sra. Elsa Correia solicitou que a Câmara Municipal tivesse em consideração o seguinte:

- A ***necessidade de um toldo no local de estacionamento do táxi***, *de que é proprietária*. Assunto que vem sendo recorrente, desde 2010, sem desenvolvimento, apesar de múltiplas insistências; - A **melhoria do transporte escolar**. Cenário de autocarros suprimidos e de horários desarticulados, que não serve o interesse da população escolar de Santo Estevão; - Um **melhor funcionamento do Posto de Saúde de Santo Estevão**. A necessitar de obras urgentes, anunciadas desde há muito.

O sr. Alfredo Martinez elogiou a realização *"extremamente positiva"* da sessão da Assembleia Municipal, em Santo Estevão.

A sua intervenção teve como foco principal a **demora das obras de requalificação da Rua Manuel Martins Alves.**

Precisou que, no início do mandato atual, em 13 de janeiro de 2022, tinha levado o assunto à reunião da Câmara Municipal, onde fez sentir a premência dessas obras, por vários fatores, entre os quais a retirada dos camiões do centro da aldeia. Foi-lhe respondido, na altura, pelo sr. Presidente da Câmara, que: - a obra seria realizada a expensas da Câmara Municipal; - estava incluída na proposta de orçamento para 2022; - o projeto estava praticamente pronto, prevendo-se, a breve prazo, o lançamento do respetivo concurso; - a obra deveria avançar dentro de 4 a 5 meses. Foi-lhe transmitido, ainda, que a questão da retirada dos camiões era uma preocupação, igualmente, partilhada pela Câmara Municipal. Contudo, obrigava a que fossem efetuadas três correções nos acessos à EN 119, não havendo outraalternativa senão proibir a circulação de pesados entre a EN 119 e o entroncamento de acesso à Estrada dos Alemães.

Enfatizou que, desde então, nada aconteceu, tendo-lhe chegado a conhecimento que as obras teriam sido adiadas.

Estranhou que nenhum Vereador do Executivo ou da oposição, tenha mostrado interesse na prossecução dessas e de outras obras relacionadas com a freguesia de Santo Estevão, à exceção *daquilo que tem a ver com a situação do Posto Médico.*

Apontou críticas à postura da oposição, por se limitar a congratular, enaltecer e a agradecer as várias iniciativas, não controlando a governação, nem apresentando quaisquer propostas, conforme lhe competia.

Perguntou em que ponto se encontravam os processos das obras de requalificação da Rua Manuel Martins Alves e da Estrada dos Alemães e para quando a retirada do trânsito de camiões do centro de Santo Estevão.

Noutra questão, após o acordo celebrado entre o PS e o PSD, sobre o **processo de construção do novo Aeroporto de Lisboa, no concelho de Benavente**, indagou se algum dos Vereadores do PS ou do PSD já tinham sido consultados sobre essa matéria.

O sr. Rodrigo Gallego, na qualidade de proprietário de um terreno, no Zambujeiro e na Mata do Duque, em Santo Estevão, onde se situam umas **lagoas/barragens,** centrou a sua exposição na **atitude contraditória que tem vindo a ser tomada pela APA-Agência Portuguesa do Ambiente**, desde há 3 anos atrás, que muito o tem afetado, psicologicamente. Noutro sentido, salientou o comportamento da Câmara Municipal, na forma, correta, como tem tentado resolver o assunto, que resulta da falta de licenciamento das barragens em questão.

Por via desse contexto, explicou que, por imposição da APA, lhe foram vedados os acessos ao terreno em questão, alegando que a estrada, que serve de paredão às lagoas, além de não se encontrar licenciada, não oferece condições de segurança, enquanto que, conforme realçou, outras entidades consultadas confirmaram a sua estabilidade. A par disso, o processo de licenciamento não pode avançar, por alteração da Lei aplicável.

Recordou as atividades que eram efetuadas junto às lagoas, algumas delas, de cariz social, assim como o facto de estarem classificadas, pela proteção civil, como reserva estratégica no combate aos incêndios. Lamentou, no entanto, que "*ligações de determinadas pessoas à APA, conseguissem acabar com tudo isso!*".

O facto de não se poder circular na zona e a situação de impasse que se verifica com o processo de licenciamento, resultam, a seu ver, da posição, marcadamente, inconsistente que tem vindo a ser tomada pela APA.

Agradeceu a ajuda e a forma empenhada como o sr. Presidente da Câmara tem correspondido no tratamento do assunto, ao mesmo tempo que deixou um apelo aos deputados municipais, para que se unissem na conjugação de esforços para encontrar uma solução para o problema, o qual, na sua perspetiva, só poderá passar, ou, pela destruição das infraestruturas construídas, ou, pela tentativa de demover a APA das suas intenções.

Seguiu-se o sr. Luís Arrais. Questionou o líder do Executivo se era intenção da Câmara Municipal proceder ao **alargamento do Cemitério de Benavente** e, em caso afirmativo, para quando. Considera a situação tão grave que, a continuar, terá de se recorrer, provavelmente, aos cemitérios das localidades vizinhas.

A sra. Carla Massano, apresentou-se como residente recente de Santo Estevão, onde se fixou com a família. Referiu-se a duas situações, que a preocupam:

A primeira sobre a questão do **transporte escolar,** já citado anteriormente. Tendo uma filha a estudar na Escola Duarte Lopes, em Benavente, reforçou que o sistema não serve condignamente os alunos, devido à escassez de horários. A supressão da carreira das 8.40 horas, veio obrigar os alunos a terem

de sair de casa muito cedo, sem alternativas de oferta. Deu o exemplo de um dia de greve, com os portões da Escola encerrados, os alunos, menores de idade, tiveram de permanecer no exterior do recinto da escola, durante, praticamente, todo o período da manhã, tendo tido disponibilidade de transporte, apenas, por volta do meio-dia, para regressarem a casa.

A segunda incidiu sobre o **espaço exterior da escola primária de Santo Estevão**, frequentada pelo filho mais novo. Deu conta que o recinto, em si, dispõe de pouco equipamento para os alunos brincarem, o que os leva a procurar outras formas de entretenimento, como jogar futebol. Num dia da semana anterior, ficou surpreendida pelo facto do filho se queixar que a vizinha, residente nas traseiras da escola, não lhe tinha devolvido uma bola, que saltou para o seu quintal. Dirigiu-se à senhora, pediu desculpa, mas, não lhe foi devolvida a bola, com o argumento de ter já reclamado inúmeras vezes à Câmara Municipal, sem qualquer sucesso, até então.

Na sequência, indagou se era assim tão complicado proceder ao prolongamento da vedação do recinto exterior da escola, de forma a não perturbar os moradores que residem nas suas imediações.

A sra. Alexandra Rodrigues referiu-se às **árvores plantadas no Largo onde se situa a sede do Clube de Futebol Estevense**. Segundo as suas palavras, o arvoredo existente já tem vários anos, é de grande porte, e não tem tido qualquer tipo de manutenção. Caem muitas folhas, tipo caruma, pólen, que incomoda quem tenha problemas alérgicos. Equacionou a possibilidade de ser reforçada a sua manutenção.

Referiu-se, igualmente, **às árvores situadas num jardim próximo, junto à sede do CFE**. Apesar de frondosas, alertou para o facto dos seus ramos estarem ocos por dentro, podendo quebrar, a qualquer momento, e atingir algum transeunte que vá a passar no local. Presenciou um caso desses que, por sorte, não afetou ninguém. Deixou o registo para a necessidade de ser cuidada a manutenção desse arvoredo.

Reportando-se a um outro assunto, sugeriu que fosse instalada uma espécie de **rampa no acesso da Rua Vinha da Casa ao Largo da Sede do CFE,** visando a sua utilização por cidadãos com mobilidade reduzida, ou, por carrinhos de bebé.

Por fim, deu nota das inúmeras **colónias de gatos**, existentes na zona onde reside, na Rua Vinha da Casa, assim como noutros locais de Santo Estevão. Questionou se a situação não poderá ser incluída numa campanha de esterilização de animais, a levar a efeito pela Câmara Municipal.

A sra. Elisabete Silva, como residente há cerca de 16 anos, considera que Santo Estevão dispõe de todas as condições para se ter uma boa qualidade de vida, para mais, a uma distância de cerca de 40 minutos, de Lisboa. Contudo, a partir do momento em que as filhas tiveram de se deslocar para frequentar as escolas em Benavente, começou a sentir as dificuldades com o sistema de transportes existente, quer ao nível escolar, quer ao nível da rede pública urbana.

Lamenta que, todos os anos, no início do ano escolar, os encarregados de educação tenham de estar sempre a "*pedinchar*" à Câmara Municipal melhores condições para os filhos terem **acesso ao transporte escolar.**

A exemplo dos casos anteriores, já citados, voltou a mencionar os incómodos causados pela supressão dos horários das 8.40 horas, da manhã e das 17.40 horas, da tarde. Causam inconvenientes vários aos alunos, como sejam o de terem de permanecer todo o dia na escola, quando não têm aulas, ou quando as tenham, somente, num dos períodos do dia, ou de manhã, ou de tarde.

Propôs que pudesse haver um entendimento conjunto entre o Agrupamento de Escolas, a Câmara Municipal e a empresa Ribatejana, no intuito de serem comunicados os horários aos encarregados de educação, de forma atempada, para poderem articular da melhor maneira as suas vidas com a dos seus educandos. Afiançou que não pretendia pôr em causa a qualidade do trabalho, que tem vindo a ser desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas de Benavente, que elogiou, mas, acha que os pais devem merecer a atenção, de lhes poder ser reservado mais tempo para se organizarem e gerirem a vida escolar dos filhos.

Continuou com o tema dos **transportes**, mas, **da rede pública.**

Atenta a deslocação próxima dos filhos para ingressarem no ensino superior, pese embora a curta distância de ligação, lamentou a pouca oferta existente entre Santo Estevão e Lisboa.

A única possibilidade que vislumbra é o de alugar um alojamento, face aos poucos horários disponíveis de autocarros que fazem esse trajeto. Considera que esse fator pesa para a geração de jovens com idades entre os 16 e 20 anos, que se vê forçada a fixar-se noutros locais, por falta de transportes, para poderem estudar, trabalhar, ou, até, para se divertirem. Julga ser um indicador que nada abona em favor da freguesia.

Deixou à consideração da Câmara Municipal que, por seu intermédio, possam ser revistos e colocados mais horários de circulação de carreiras para Lisboa, que saíssem de Benavente, percorressem as freguesias de Barrosa e de Santo Estevão, principalmente, no sentido de Alcochete/Montijo, onde existe maior oferta de ligações a Lisboa, quer por via marítima, quer por via rodoviária. Doutro modo, lamenta que as boas condições de vida em Santo Estevão, possam não ter a mesma qualidade e continuidade, se não forem acautelados certos problemas que persistem, como a duma rede de transportes, que melhor sirva os interesses da população da freguesia.

A sra. Maria Júlia Ferreira, residente na herdade do Zambujeiro, deixou um apontamento sobre as **condições em que se encontra a estrada que liga a dos Alemães à EN 118-1**. Especificou que, após a última beneficiação de que foi alvo, houve uma determinada viatura, presume seja do tipo "lagarta", que deixou marcas na estrada, provavelmente para benefício dos animais. Contudo, dificulta a circulação normal das viaturas.

Embora reconheça que o piso da estrada deva ser adequado à circulação dos animais, sugere que numa das faixas seja feita uma espécie de "*equinovia*", destinada à circulação de animais equídeos e outros, e que na parte restante seja colocado um piso, tipo maquedame, a exemplo do que acontece na Mata do Duque.

Por último, interveio a sra. Sandra Cardoso. O tema abordado diz respeito ao facto dos **alunos da Escola Duarte Lopes, de Benavente, terem de se deslocar para o exterior do recinto da escola para terem acesso às aulas de educação física,** ministradas no Pavilhão Municipal, ou, nas Piscinas

Municipais, sendo o foco principal a preocupação de não serem acompanhados, nem pelo professor, nem por uma auxiliar da escola.

Teve a oportunidade de expor o assunto na última reunião da Câmara Municipal, tendo o sr. Presidente da Câmara Municipal se mostrado surpreendido, por desconhecer a situação.

Depois disso, pesquisou o tema na internet e verificou que a matéria, além de ser uma competência recente da autarquia, na parte respeitante ao pessoal não docente, a mesma vem sendo colocada desde 2019, quando foi notícia nos órgãos de comunicação social que a escola foi proibida de dar aulas de educação física fora do estabelecimento escolar, por não estarem asseguradas essas condições. Dessa forma, não lhe parece que o assunto seja, assim, tão desconhecido.

De igual modo, a pesquisa proporcionou-lhe visualizar um normativo legal que proíbe os alunos, durante o ano letivo, de saírem dos estabelecimentos de ensino, para visitas de estudo e atividades relacionadas com o funcionamento da escola, sem estarem devidamente acompanhados dos seus professores, ou, de pessoal não docente. Isso, levou-a a pensar que o Município e o Agrupamento de Escolas não estão a cumprir com aquilo que a própria Lei estabelece.

Na sua opinião, bastava contratar mais pessoal, ou, tentar articular aquele que tem ao seu dispor para poder desempenhar a tarefa em causa.

Considerou, ainda, que a Câmara Municipal deveria precaver o transporte dos alunos para os equipamentos desportivos, quando estivesse mau tempo.

Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, uma vez que tinham sido abordados vários assuntos relacionados com a atividade escolar, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal**, por ser, também, **o Diretor do Agrupamento de Escolas de Benavente**, usou da palavra para exprimir o seguinte:

- Contextualizou que o edifício da Escola mencionada tem cerca de 30 anos, ao longo dos quais nunca foram criadas condições para que pudesse dispor de um pavilhão gimnodesportivo, infraestrutura considerada altamente necessária para evitar que os seus alunos tenham de se deslocar para o exterior, para terem aulas de educação física;

- Confirmou que a questão do **acompanhamento dos alunos para as aulas de educação física**, acontece há muitos anos, com maior foco, desde que, em 2019, foi notícia divulgada nos órgãos de comunicação social;

- Notou que, a partir daí, a própria Escola assumiu, por sua iniciativa, com base num despacho ministerial que proibia uma situação parecida numa escola do norte do País, que os alunos deixariam de ter aulas de educação física nessas condições. Atualmente, segundo indicações recebidas, nesse sentido, por parte do Ministério da Educação, a Escola continua a proceder como até então;

- *Frisou que a necessidade premente de ser construído um pavilhão gimnodesportivo vem sendo* reivindicada muito antes de exercer funções de Diretor do Agrupamento, por via de conversações estabelecidas ao nível da tutela e da Câmara Municipal, que têm vindo a demonstrar alguma abertura e disponibilidade para se avançar no terreno. No entanto, até ao momento, nada foi feito.

Quanto à questão dos **transportes**:

- Salientou que o Agrupamento dispõe, cada vez mais, de um maior número de alunos, o que implica que sejam criadas mais turmas, num espaço, que continua a ser o mesmo. Enquanto que, até há pouco tempo, a grande maioria dos alunos dispunha de horários semelhantes, em termos atuais, isso, não é possível, devido ao aumento do número de turmas, que obriga ao desfasamento de horários, quer na Escola Duarte Lopes, quer na Escola Secundária. Em resultado, a maior parte dos alunos, ou, saem a meio da manhã, ou, saem a meio da tarde, levando a situações complicadas, ao nível dos transportes, para quem vive em aldeias, como Santo Estevão;

- Com o envolvimento das partes interessadas, autarquia, Agrupamento e empresa transportadora, ficou acordado, na altura, manter o número de carreiras iniciais, que tinham sido asseguradas no ano letivo anterior, tendo havido, igualmente, o compromisso, por parte da escola, de manter os horários habituais;

- *Compreende a situação, do ponto de vista da transportadora, no entanto, defende a urgência no* encontro de soluções alternativas, que beneficiem os alunos. Por outro lado, para combater o problema de fundo, seria necessário arranjar mais espaço para as escolas crescerem, na medida em que se corre o risco de acontecer um cenário, onde não será possível aceitar mais alunos, por falta de condições, ou, em alternativa, até que se concretize a ampliação das escolas, em que se torne necessário equacionar, a hipótese de serem instalados contentores, que menorizem as dificuldades existentes.

O sr. Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção, congratulando-se pelo facto da sessão do órgão deliberativo decorrer em Santo Estevão, prosseguindo a linha de aproximação aos cidadãos, através de um formato descentralizado, que tem percorrido todas as freguesias da área do Município.

Procurou, a seguir, responder às questões colocadas pelos munícipes:

- **À sra. Rosa Cavaco** clarificou que a matéria abordada, **necessidade de parquear os camiões**, para evitar incómodos vários, não tem feito parte da agenda que mantém com o sr. Presidente da Junta de Freguesia. Nesse sentido, tomou boa nota do assunto, dizendo que iria avaliar a pretensão. Fez crer, no entanto, que o problema não se resume, apenas, à construção de um parque, mas, igualmente, à segurança das viaturas afastadas dos centros urbanos, que as torna mais vulneráveis ao roubo;

Quanto às **calçadas e passeios danificados**, os senhores Vereadores irão, também, tomar boa nota e diligenciar o seu arranjo.

Em relação ao **reparo de haver poucos contentores de lixo**, observou que se procedeu, recentemente, ao reforço de ecopontos por todo o concelho, tendo sido duplicado o seu número. No que concerne aos contentores, disse que iria fazer chegar a indicação à equipa responsável.

No tocante às **estradas que ladeiam as lagoas**, na zona do Zambujeiro e da Mata do Duque, informou que trataria a seguir.

- **À sra. Elsa Correia**, respondeu que, sobre a **colocação de um toldo para proteção dos táxis**, falaria mais à frente.

Relativamente à **desadequação dos horários de transporte escolar, entre Santo Estevão e Benavente**, face às necessidades dos alunos dos 2º, 3º ciclos e ensino secundário, a sua opinião é que os alunos têm direito, a par da sua atividade escolar, ao lazer e à vida social, não aceitando que um aluno saia de casa às sete da manhã para só regressar às oito da noite.

Na oportunidade, entroncou a questão da **oferta da rede pública,** igualmente aflorada, referindo que esses transportes tinham sido transferidos para a área de competência dos Municípios, os quais, por sua vez, consensualizaram, no caso, a sua transferência para a alçada da CIMLT.

Reconhece que, na sua área de influência, se assiste a uma degradação contínua do transporte público, que, no seu entender, se deve, a diversos fatores: - o concurso internacional, lançado pela CIMLT, após a Pandemia, para assegurar todo o transporte público, ficou deserto de concorrentes; - não foram, ainda, recuperados os níveis de passageiros pré-Pandemia; - assiste-se ao envelhecimento dos autocarros; - ao incumprimento dos horários das carreiras regulares; e ao incumprimento generalizado daquilo que são as repercussões provocadas por essa acentuada fragilidade.

No domínio das soluções que os Municípios têm procurado para enfrentar o problema, destacou que uma delas, em conjunto com o Governo, foi a redução do valor dos passes sociais, em 50%, tornando o transporte mais acessível.

Porém, assumiu que a preocupação não passa somente por ser mais acessível, é preciso que haja mais qualidade associada. Para o efeito, está a ser estudada e analisada uma resolução, no âmbito da CIMLT, que aponta para a criação de uma empresa intermunicipal, cuja função seria a gestão da atividade e do funcionamento da transportadora associada. A matéria não tem sido consensual entre os diversos Municípios, sendo certo que, a seu ver, permitiria a tomada de decisões diferentes e melhorar a qualidade do transporte. Nesse aspeto, não se coloca a possibilidade de serem adquiridos autocarros novos, (seriam necessários cerca de 120) por não haver condições financeiras para o suportar, mas, sim, a aquisição de viaturas, com cerca de 8 anos de vida, em condições aceitáveis.

Se, por um lado, atribui uma certa complexidade ao processo, por outro, não dúvida que permitiria melhorar o serviço e até assumir algum diferencial nas respostas a dar. Nesse cenário, incluem-se o transporte a pedido e as carreiras urbanas de Benavente/Samora Correia/Porto Alto.

Clarificou que a carreira de passageiros para a margem sul tinha sido extinta, devido à falta de passageiros que se fazia sentir na sua oferta de horários, não tendo resistido a esse clima desfavorável. Na sua ótica, tem de ser encontrado outro modelo de transporte, que se ajuste mais à realidade atual.

Quanto à hipótese das localidades mais afastadas do Município, que não são servidas pelo eixo da EN 118, passarem a ter uma oferta mais significativa, colocou como possível resposta a dar o modelo de transporte a pedido.

Reafirmou que a autarquia tem a matéria em agenda, no âmbito da CIMLT, esperando uma tomada de decisão que a possa levar ao caminho certo. Quando se fala em alterações climáticas, ao invés de uma maior consciencialização para a utilização do transporte público, em detrimento do individual, assiste-se, precisamente, ao contrário. Contudo, confia que a oferta de um serviço melhor, com outra atratividade, permite-lhe ambicionar esse objetivo.

No que concerne ao **transporte escolar**, admite a dificuldade em torná-lo mais ajustável às necessidades dos alunos. Acha que o ideal, em consonância com aquilo que foi referido pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal, seria tentar convergir os horários dos alunos que se deslocam das localidades mais afastadas para Benavente.

Reconhece a complexidade de gerir e de conciliar o processo de transporte dos alunos, incluindo o transporte especial, recurso a carrinhas, táxis, etc., mas, não aceita que um jovem que termine as suas aulas, cerca das 18.30 horas, tenha de esperar, dentro daquilo que é tolerável, até às 19.15 horas para regressar a casa, onde chega pelas 20 horas, como foi referido.

Transmitiu que o assunto está a ser abordado entre o Vereador Joseph, a Vereadora Catarina Vale, a empresa Ribatejana e o Agrupamento de Escolas, num trabalho conjunto que exige um serviço de maior qualidade. Aquilo que tem sido transmitido é que o número de motoristas é manifestamente insuficiente para que se possa reverter a situação.

Atento o carácter público do serviço prestado aos alunos, porque pago pela autarquia, apresentou desculpas pelo sucedido.

- Ao sr. Alfredo Martinez, acerca das **obras na Rua Manuel Martins Alves**, mostrou-se convicto da importância que reveste essa intervenção para a localidade de Santo Estevão, porque não a vê como algo que a irá descaracterizar, naquilo que é a sua identidade, mas, sim, como uma mais valia que irá reforçar a atratividade do espaço.

Esclareceu que o projeto da obra se encontra concluído, adiantando que, no momento, se prossegue um objetivo que foi, anteriormente, delineado para essa e outras empreitadas, que consiste em consultar, informalmente, uma ou duas empresas, para darem um referencial de preço, que garanta à autarquia a certeza que o preço se enquadra nos parâmetros atuais. Desse modo, evita-se que muitas das empreitadas fiquem sem concorrentes, a exemplo daquilo que tem acontecido ultimamente. Logo que recebidos esses valores, o projeto é sujeito a apreciação e votação do Executivo, para que o respetivo *concurso público possa ser lançado e a empreitada adjudicada*.

Não deixou de estranhar a insinuação feita de que a Câmara Municipal tinha abdicado da concretização desse investimento. Mesmo com a incerteza da conjuntura atual, que tem feito aumentar, constantemente, os preços da energia e dos combustíveis, que se refletem nas revisões extraordinárias de preços das empreitadas, atingindo valores, na ordem dos 20%, garantiu que a autarquia tem conseguido manter uma condição financeira que lhe permite honrar esses compromissos assumidos e que irão ser concretizados.

Deixou a certeza que os camiões deixarão de atravessar a Rua Manuel Martins Alves, quando a obra for executada, sendo esse um dos seus objetivos. A alternativa será a Estrada dos Alemães, que irá sofrer obras de requalificação, para poder servir esse trânsito.

Numa referência ao **aeroporto,** deu nota que, a partir de uma nova avaliação estratégica, tinha surgido mais um conjunto de soluções, esperando que, finalmente, se avance para uma decisão definitiva sobre o local da sua construção.

Antes de se debruçar sobre a opção "Campo de Tiro", falou primeiro sobre a designação com que é vulgarmente conhecido. A propósito de uma entrevista que tinha concedido no próprio dia da sessão, teve a oportunidade de sublinhar que não era Campo de Tiro de Alcochete, mas sim de Benavente, embora reconheça que essa indicação está de tal forma enraizada nos órgãos de comunicação social, que se torna difícil de corrigir. No entanto, fez questão de sublinhar que procura, quando tem a oportunidade de falar publicamente, frisar e defender a designação correta.

Voltando ao tema, antevendo aquilo que constituirá para qualquer Município essa infraestrutura aeroportuária, como projeto estruturante que é, será certamente disputado, tendo em conta o prestígio, as receitas, a expansão económica, assim como a perspetiva de atração e fixação de mão-de-obra mais qualificada.

Nesse sentido, indicou que a posição do Município de Benavente tem sido, continuamente, em defesa dessa solução, não tencionando, no entanto, abdicar da estratégia delineada para o seu território, acreditando que possa ser adequada a esse desenvolvimento. A par da sua génese urbana, é dotado de um património ambiental, considerado único, do ponto de vista da sua área florestal, mais valorizado, ainda, por se situar, geograficamente, nas proximidades da Área Metropolitana de Lisboa. Daí que considere que, mesmo com o desafio do aeroporto pela frente, o Município deve manter as suas características próprias, a sua qualidade de vida, rejeitando as opções estratégicas de urbanismo seguidas pelos Municípios do Montijo, Alcochete e Barreiro.

Vincou, ainda, que se a solução recair sobre "Benavente", não irá desistir de reivindicar que seja reposta a localização inicial das pistas, de acordo com o estudo realizado, em 2008, pelo LNEC. Clarificou que, sem qualquer conhecimento prévio, derivado de interesses económicos ou outros, quando saíram os estudos ambientais, essas pistas tinham sofrido uma deslocalização, na ordem dos 2 KM.

No pressuposto de vir a acontecer, novamente, desafiou os eleitos, em conjunto com a população, a unirem-se num protesto firme contra essa decisão, não permitindo que a aproximação das pistas do aeroporto possa pôr em causa aquilo que é a qualidade de vida, nomeadamente, de quem reside em Santo Estevão.

- Ao sr. Rodrigo Gallego, como primeira nota, afirmou que a Câmara Municipal, na abordagem às questões que lhe são colocadas, pratica o exercício das suas funções, utilizando o princípio moderador de respeitar todas as partes envolvidas.

Resumiu que a situação criada resulta de um parcelamento efetuado nas matas do duque e do Zambujeiro, antes da entrada em vigor do PDM, por via do qual foi possibilitada a edificação em zona não urbana.

Daquilo que é o seu conhecimento, mantém a opinião quanto à validação da solução encontrada. Contudo, compreende que, na perspetiva de quem lá vive, que veio à procura de tranquilidade, de qualidade de vida, preservando aquilo que é o património natural e ambiental, a opinião seja, necessariamente, divergente.

Transmitiu que, na década de 80, a Câmara Municipal recebeu os arruamentos em terra batida, tendo as associações de proprietários mostrado a intenção de não os querer infraestruturados.

Explicou que o **foco do problema se centra numa barragem**, que foi construída na Herdade do Zambujeiro, junto à estrada que faz a ligação para a estrada dos Alemães. Após a sua construção, surgiu um conjunto de preocupações que, na altura, não foram percetíveis, vindo a ser equacionada a consistência do paredão que a envolve. A situação foi avaliada pelos técnicos da autarquia, não tendo sido colocada em causa.

Nesse sentido, foi desenvolvido um processo junto da APA-Agência Portuguesa do Ambiente, propondo o licenciamento de quatro situações relacionadas com as estradas que utilizam as infraestruturas das barragens existentes, de forma a responsabilizar e a monitorizar essas estruturas, acautelando o surgimento de quaisquer problemas.

Como proprietário de uma dessas barragens, o sr. Rodrigo Gallego promoveu o desenvolvimento de atividades náuticas diversas, algumas geradoras de ruído excessivo, de competição. Situação que originou reclamações por parte dos moradores que mostraram a sua indignação pelo que se estava a passar. Esse mau estar foi projetado com um nível de impacto muito grande, sobretudo, junto de entidades, como a APA.

Confrontada com a situação, a Câmara Municipal tomou a iniciativa de reunir com os moradores que se manifestaram prejudicados, a quem foi transmitido que o território em questão era dotado de características, onde podiam coexistir determinadas atividades, inclusive de natureza náutica, desde que houvesse compatibilidade com o ambiente natural circundante e não pusesse em causa o bem-estar dos moradores, naquilo que é o respeito pelo cumprimento das regras legais existentes. (Lei do Ruído)

A situação veio a complicar-se, tendo sido constituídas equipas representantes das duas partes, para continuar as conversações, no âmbito desse processo.

Em linha com o referido no início do tema, assumiu o compromisso da autarquia em respeitar todas as partes, procurando encontrar um ponto de equilíbrio que sirva os seus interesses, entre aquilo que é um *ruído ensurdecedor, que não deve existir e a exigência dos moradores de proibir qualquer atividade no* local.

Nesse contexto, foi pedido à APA que se pronunciasse sobre se aquele plano de água estaria sujeito a licenciamento, iniciando-se um processo, que se tem arrastado até à atualidade. Em consonância com aquilo que foi indicado pelo sr. Gallego, a ação daquela entidade tem sido pautada por uma postura considerada inaceitável, através de uma série de respostas dúbias, nada decisivas e nada concretas.

Reiterou que o seu compromisso irá continuar pela via do diálogo, no respeito por todas as partes envolvidas, em igualdade de circunstâncias, onde forçosamente têm de ser incluídas regras, num espírito de bom senso, de forma a ser encontrada uma resolução para o assunto.

- Ao sr. Luís Arrais, em relação às questões colocadas sobre o **cemitério de Benavente**, respondeu que, na 2ª feira seguinte, iria ser lançado o concurso para a execução das respetivas obras.

- À sra. Carla Massano *admitiu que o* **problema das bolas de futebol que saltam para o quintal da vizinha,** já deveria ter sido tratado em tempo mais útil, afiançando, no entanto, que a vedação iria ser colocada muito brevemente.

Quanto ao **arvoredo em espaços urbanos** e as preocupações que algumas das suas espécies causam pelo seu estado de conservação, deu indicação para o sr. Vereador do pelouro tomar boa nota do assunto. Na oportunidade, referiu-se a uma legislação recente que veio impor que todas as árvores sejam cadastradas e inventariadas, de forma a proporcionar uma caracterização própria de cada uma. Esse trabalho está a ser desenvolvido, no âmbito da CIMLT, com a participação das autarquias. É exigente, exaustivo, mas tem de se cumprir com a legislação.

No que diz respeito à exposição da munícipe, afirmou que irá ser feita uma **avaliação desse arvoredo** e caso se verifique perigo eminente, avança-se para o seu corte e substituição. O lixo que as árvores provocam, faz parte da coexistência com a natureza, tem de se conviver com isso, porque, na sua opinião, as árvores são fundamentais para todos, sendo essenciais no espaço urbano. Pode-se é tentar melhorar os critérios de escolha das árvores.

No que concerne à **possibilidade de ser construída uma rampa de ligação entre a zona das Vinhas Velhas com o Largo da Bola,** confirmou que a matéria nunca antes tinha sido colocada. Tem a noção da dificuldade na sua concretização, devido às características do local, sendo provável que terá de ser feita uma rampa de longa extensão, ou, então, em tipo de caracol. Tomou a devida nota, para o assunto ser avaliado.

Relativamente ao **isolamento de Santo Estevão face à inexistência de uma rede de transportes públicos,** que sirva condignamente a população, nomeadamente, os jovens, porque os incapacita de se deslocarem para Lisboa, acrescentou, uma vez que já se tinha referido anteriormente ao assunto, que o problema passa por arranjar outro operador, que não tenha como objetivo, apenas, o de maximizar os seus lucros. Perspetiva que a solução não seja a criação de uma carreira para o Montijo, mas, sim, de um transporte alternativo, que responda aos interesses dos utentes.

- À sra. Júlia Ferreira, sobre a **beneficiação da estrada que faz a ligação da 118-1 à Estrada dos Alemães,** deu nota que se trata de uma estrada em terra batida, cuja manutenção é feita pela autarquia. O diálogo que tem mantido com a associação de moradores da Herdade do Zambujeiro, aponta para que não seja alterado o seu pavimento para betuminoso, mantendo-se como espaço natural. Nesse espírito, será encontrada uma solução que concilie a vontade de todos.

- Por último, à Sra. Sandra Cardoso rebateu o seu comentário de que desconhecia que **os alunos não eram acompanhados nas deslocações para as aulas de educação física**, não sendo isso que pretendeu transmitir.

Clarificou que, em 2019, a questão tinha sido colocada aquando da visita ao Município da sra. Secretária de Estado da Educação, a Dra. Alexandra Leitão. Na altura, em resultado do diálogo mantido com os Agrupamentos, foi identificado que essa preocupação deveria ser tida em conta em relação aos alunos que frequentavam o 5º ano. Estava convencido que era isso que se passava.

Confirmou que a educação foi uma das áreas que foi transferida para a esfera de competências da Câmara Municipal, no entanto, esse processo não foi acompanhado do número de recursos humanos desejável. Nesse sentido, considera que não se deve, de ânimo leve, imputar responsabilidades, apenas, ao Município. Entroncando com a matéria, recordou que a agenda da sessão contém em si uma proposta para reforçar as escolas com mais meios humanos.

Sublinhou, também, que o problema da necessidade de ser construído um pavilhão gimnodesportivo e de se efetuarem obras de requalificação na Escola Duarte Lopes, que se encontra há mais de 30 anos sem qualquer obra de fundo, não pode ser resolvido, a partir do momento em que a competência seja transferida para a Câmara Municipal. Essa exigência terá de ser, igualmente, reivindicada junto do Governo, alegando que o orçamento da autarquia em relação a essa e a outras obras, consideradas prementes, não tem capacidade financeira, por si só, de dar essa resposta. Em termos de investimento futuro, deu nota que, em sede de Conselho Municipal de Educação, irá, brevemente, ser discutida a proposta de Revisão da Carta Educativa, cujo valor é superior a 20 milhões de euros. Mostrou-se sensível ao exposto, assumindo que irá ser analisado no sentido de perceber qual a forma de obviar o problema.

Quanto à **possibilidade das viaturas da Câmara Municipal poderem fazer o transporte dos alunos, em tempo de chuva,** explicou que a autarquia dispõe de dois autocarros, durante o período escolar, ao serviço das escolas para visitas de estudo, que incluiu as creches, jardins de infância, pré-escolar e primeiro ciclo. Tem-se privilegiado essa área, por aplicação daquilo que são as áreas curriculares, motivo pelo qual não existe disponibilidade de autocarros para esse efeito. O que está definido é que nos dias de chuva, quando não for possível fazer atividade física no exterior, em sua substituição, será ministrada uma aula teórica nas salas.

Num último considerando, admitiu que se trata de uma matéria que carece de melhores condições, tendo mostrado abertura para que, brevemente, se possa resolver definitivamente o assunto.

Terminado o período de intervenção do Público e os esclarecimentos devidos, seguiu-se o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- **Apreciação e votação dos projetos de atas número quatro barra dois mil e vinte e dois**, correspondente à terceira sessão ordinária do órgão deliberativo municipal, realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e dois, **e número cinco barra dois mil e vinte e dois**, correspondente à segunda sessão extraordinária, que teve lugar no dia vinte e nove de julho de dois mil e vinte e dois.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal transmitiu que os dois projetos de atas tinham sido enviados, previamente, a todos os eleitos, em 21 de setembro último, juntamente, com a restante documentação para a sessão. Nessa medida, solicitou a dispensa da sua leitura. Complementou que, nesse período que mediou até à data da sessão, não tinham sido rececionadas, nos serviços, quaisquer sugestões de alteração ao texto das atas. Ainda, assim, equacionou essa possibilidade aos srs. eleitos, não tendo havido qualquer pronunciamento, nesse sentido.

Procedeu-se à **votação do projeto de ata número quatro barra dois mil e vinte e dois**, correspondente à terceira sessão ordinária, realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e dois, tendo sido obtido o seguinte resultado: **aprovada, por unanimidade**, com vinte e três votos a favor e duas abstenções, por ausência, dos eleitos, António Paulo Ramos dos Reis e Maria da Graça Oliveira Nobre Vicente;

Seguiu-se a **votação do projeto de ata número cinco barra dois mil e vinte e dois**, correspondente à segunda sessão extraordinária, que teve lugar no dia vinte e nove de julho de dois mil e vinte e dois, resultando no seguinte: **aprovada, por unanimidade**, com dezoito votos a favor e sete abstenções, por

ausência, dos seguintes eleitos: 1. Dora Isabel Lúcio Morgado; 2. Nádia Isabel Pernes da Silva Matos; 3. Cláudia Sofia Gordo Martins; 4. Pedro Alexandre Santos Gameiro; 5. Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão; 6. Bruno Manuel Soares Nepomuceno; 7. Maria da Graça Oliveira Nobre Vicente.

Mencionou a correspondência recebida, informando que a mesma se encontrava à disposição de quem a pretendesse consultar.

Seguiu-se o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS, para o qual se inscreveram os seguintes eleitos: **Paulo Cardoso, Dora Morgado, Armando Almeida, Nádia Matos, Ricardo Oliveira e António Rabaça Ribeiro.**

O eleito **Paulo Cardoso** iniciou a sua intervenção, **agradecendo ao associativismo presente na Feira Anual de Benavente,** pelo trabalho desenvolvido nas tasquinhas.

Felicitou, igualmente, a Junta de Freguesia da Barrosa pela iniciativa de **oferecer "vouchers-estudante**" aos encarregados de educação, para ajudar na compra de material escolar. Gostaria que esse exemplo fosse replicado pelas demais Juntas de Freguesia do Município.

Parabenizou, ainda, a Câmara Municipal pela **conclusão das obras da Estrada do Contador,** em Benavente. Alertou para os cuidados a ter com as altas velocidades, que poderão vir a causar acidentes, devendo ser respeitada a sinalização colocada, adequada a uma estrada municipal.

Deu nota de uma intervenção da Dra. Catarina do Vale, Vereadora e Vice-Presidente da Câmara Municipal, numa reunião recente do Executivo, onde referiu que tinha sido **colocado mais um médico no Centro de Saúde de Benavente.** Contradisse a afirmação, repondo que se verificou, apenas, a substituição ocasional da Dra. Diana, recentemente, deslocada para outro local, continuando o serviço a ser assegurado por dois médicos efetivos.

Apontou uma situação ocorrida na **zona histórica de Benavente**. Embora as obras não estejam concluídas, verificou que, na Rua João Sabino Almeida Fernandes, onde o estacionamento está condicionado a "cargas e descargas" das 9 às 19 horas, destinando-se a partir dessa hora aos moradores, a limitação não é respeitada. Sugeriu que a **sinalização seja revista**, para evitar formas de abuso, tanto mais que se refere a rua comercial.

Dirigiu uma nota aos **funcionários da Câmara Municipal de Benavente** para que, a título de exemplo, **estacionem as suas viaturas no parque de estacionamento da zona ribeirinha de Benavente**. A seu ver, o estacionamento frontal ao edifício dos Paços do Município, deveria ser mais direcionado para os cidadãos que necessitam de o utilizar esporadicamente e por menos tempo.

Questionou para quando o reinício das obras de requalificação do **Museu Municipal de Benavente**.

Referiu-se às duas **rotundas projetadas para a vila de Benavente**, uma junto ao estaleiro municipal, outra junto às Piscinas Municipais, perguntando se existe projeto, se foi agilizado protocolo com a *Direção de Estradas e para quando se perspetiva o início das mesmas*.

Partilhou, igualmente, da preocupação sentida **pela ausência de acompanhamento dos alunos da Escola Duarte Lopes, de Benavente**, quando se deslocam para o Pavilhão Municipal e para as Piscinas. Sabe que é prática comum, mas face aos perigos existentes de toda a ordem, para mais

tratando-se de alunos com a idade entre os 9 e os 11 anos, acha que a Câmara Municipal deveria acautelar a situação, colocando mais auxiliares a desempenhar essa tarefa.

Em relação à obra de **pintura do novo campo de basket, em Benavente**, iniciada no próprio dia da sessão, observou ter chegado ao seu conhecimento, que os operários que lá trabalhavam tinham deixado latas de tintas abertas, trinchas por lavar, num cenário pouco abonatório para a imagem das obras da autarquia.

No respeitante a **estratégias delineadas**, questionou o que estava projetado para fazer face ao seguinte: **-** Acabar com as pragas dos **jacintos de água; -** Combater os **efeitos da seca extrema** que se atravessa, nomeadamente, para menorizar o consumo de água.

Quis saber, ainda, qual era o ponto de situação do **Programa de habitação "1º direito**", uma vez que se passou quase um ano desde a sua aprovação. Preocupa-o os prazos a cumprir, que poderão levar à perda dos fundos comunitários.

Em relação ao **Cemitério de Benavente**, lembrou que, na sessão de 29 de junho passado, se tinha referido a esse mesmo assunto. Congratulou-se, na altura, por a Junta de Freguesia de Benavente ter apresentado "*ambiciosamente*" um projeto de construção de uma capela no cemitério. O tempo está a passar, sem qualquer evolução nesse sentido e, no seu entender, seria mais viável investir num cemitério de raiz, com capela e casa mortuária, do que fazer "*acrescentos atrás de acrescentos*" no atual cemitério, onde, não lhe parece que haja mais condições para isso, tanto mais que o terreno em causa, ao que tudo indica, se encontra em leito de cheia.

A eleita **Dora Morgado** congratulou-se pelo público presente na sala onde decorria a sessão da Assembleia Municipal e pela forma ativa como participou nos seus trabalhos.

A propósito dos tempos difíceis e incertos que se vivem, pandemia, inflação causada pela guerra, aumento do custo de vida, da energia, dos combustíveis, perguntou qual a estratégia ou que ações estão planeadas pela Câmara Municipal para **ajudar as famílias**.

Seguiu-se a intervenção do eleito **Armando Almeida**. Congratulou-se, igualmente, pela assistência e pela participação do público na sessão da Assembleia Municipal.

Perfazendo-se um ano de eleições autárquicas, o eleito fez uma **leitura política** daquilo que se tem passado, deste então. Para si, está na hora de mudar a gestão do Município, não tendo dúvidas que cresceu o número de pessoas que desejam essa mudança.

Frisou que o Grupo Municipal do PSD continuará a lutar pelo futuro do Município de Benavente e que, neste primeiro ano de mandato, a receita é a mesma servida há anos, as mesmas ideias, as mesmas soluções para os mesmos problemas de sempre, os mesmos procedimentos do passado. Numa altura, em que se enfrentam novos desafios, não há novas ideias, nem novas ações para o concelho.

Transmitiu que, com o final da maioria absoluta da CDU, assistiu-se à união do PS com a CDU, para se juntarem ao Poder, contrariando o que eles próprios diziam na campanha, mas, o que se nota é que mantiveram tudo na mesma e os benefícios para a população de Benavente têm sido "*zero*", em resultado daquilo que diz ser, da má governação.

Defendeu que o PS passou a ser corresponsável do caminho sem rumo que está a ser levado pela CDU, por validar, por dar suporte à sua política, às suas decisões, garantindo a sua gestão.

Ao invés dessa postura, disse que o PSD fazia uma oposição objetiva, segura, que, no entanto, não pode ter efeitos práticos, por causa dessa união. É o PSD que tem feito de voz fiscalizadora da ação da Câmara Municipal, que tem alertado para muitos erros que são cometidos e que, graças às suas ações, muitos têm sido emendados. No campo das propostas concretas, também, tem sido a principal voz que se tem feito ouvir. No entanto, por força desse suporte conjunto, muitas delas têm sido recusadas: o IMI familiar, a redução da taxa de derrama, a execução do desvio de trânsito do centro de Samora Correia, o orçamento participativo, a requalificação do espaço envolvente das Piscinas Municipais, etc.

Em termos atuais, considera que o PSD continua a ser a única força política, alternativa, que poderá trazer mudança ao concelho, por se manter firme e fiel ao seu programa eleitoral.

A eleita **Nádia Matos** abordou o tema dos **transportes públicos**.

Do seu ponto de vista, é um dos fatores que obsta ao desenvolvimento do concelho. Tal como estão, esses transportes não servem as necessidades da população.

Quis saber qual a estratégia da autarquia para fazer face a esse problema, que considera recorrente, alegando que, de ano para ano, são suprimidos horários, as queixas aumentam e a insatisfação cada vez se intensifica. Na sua opinião, esse cenário deve-se a uma certa inércia com que a autarquia tem lidado com o assunto.

Colocou várias questões ao Executivo: - qual a estratégia da Câmara Municipal, no que diz respeito ao investimento e desenvolvimento nos transportes públicos; - o que está a ser feito no âmbito da estratégia de coesão social e territorial; - que diligências estão a ser desenvolvidas para captar investimento, investidores e empresas, que queiram operar e trabalhar no Município; - reportando a questão dos concursos ficarem, alguns deles, desertos, equacionou se não seria melhor refletir-se sobre se o *modus operandi* da autarquia será o indicado e se será suficiente para atrair as empresas a concorrer. Se não for, sugere a mudança de estratégia, na forma como se tem abordado a questão; - quanto tempo se tem de esperar mais para se ter uma boa rede de transportes que supram as necessidades das pessoas.

Na sua intervenção, o eleito **Ricardo Oliveira** regozijou-se, também, pela lição de civismo demonstrada pela população de Santo Estevão a todo o Município de Benavente, através da sua participação nos trabalhos da sessão.

Aproveitou a oportunidade para saudar as centenas de voluntários que, durante todo o Verão, contribuíram para assegurar a realização das **festas tradicionais do concelho**.

Sobre os **investimentos adiados para a freguesia de Santo Estevão**, criticou o sr. Presidente da Câmara Municipal, por, continuadamente, dar sempre as mesmas respostas, quer seja na reunião do Executivo, quer seja nas sessões da Assembleia Municipal.

Na sua opinião, os investimentos no **Posto de Saúde de Santo Estevão** podiam ter sido concluídos, ainda no decorrer do anterior mandato, não fosse o facto da Câmara Municipal se ter esquecido, uma

vez que o edifício é da Casa do Povo, que era necessário instruir um processo de licenciamento de obras particulares.

Quanto às **obras na Rua Manuel Martins Alves,** que disse ser, também, uma promessa antiga, acha que a autarquia tem de honrar aquilo que são os compromissos assumidos para com a população de Santo Estevão, a que adicionou os problemas que afligem as populações de Foros de Almada, Coutada Velha, Arados, Porto Alto e Barrosa.

A seu ver, o concelho está cheio de promessas adiadas, cheio de compromissos assumidos pela CDU, existindo falhanços na **rede de transportes públicos** e na questão das obras adiadas, ou, malfeitas, dirigindo essa responsabilidade ao sr. Presidente da Câmara e ao PCP, por governarem o concelho quase desde o 25 de abril.

Contradisse as palavras proferidas pelo sr. Presidente da Câmara, relativamente ao início do ano letivo, quando afirmou que estava à espera de um **estudo da CIMLT, para a criação de uma empresa intermunicipal de transportes públicos**, garantindo que esse estudo estava feito, uma vez que tinha tido acesso ao mesmo.

Dessa forma, acentuou que, sendo a CIMLT a autoridade dos transportes públicos na região, o Município tem autonomia e autoridade suficientes para criar as carreiras e os horários que bem entender. Nesse sentido, considera que o Presidente da Câmara Municipal tem poderes para fazer circular um autocarro por todo o concelho, todo o dia, com horários fixos, não só para servir os alunos, como também as populações.

Existem Municípios que encontram soluções próprias para as suas populações, mas, no seu entender, a autarquia parece que fica sempre à espera que a CIMLT avance, o que o leva a concluir que, ou, a CIMLT pensa e apresenta as suas soluções, ou, da parte da Câmara Municipal, não sai solução nenhuma, não dando resposta aos problemas.

Acha que Santo Estevão, Foros da Charneca, Foros de Almada, Arados e Barrosa são localidades que estão isoladas do resto do concelho, contrariando o espírito de coesão territorial que se pretende, de aproximar os lugares e as aldeias dos centros urbanos.

Ainda em relação ao ano letivo, surpreende-o como é que o sr. Presidente da Câmara diz desconhecer que os **alunos do 2º ciclo, se dirigem a pé para o pavilhão da Casa do Povo**, julgando que o problema estava resolvido. No seu entendimento, isso só revela inexistência de diálogo entre si e o sr. Diretor do Agrupamento de Escolas.

Caracterizou o **início do ano letivo**, como tendo sido uma confusão, dando alguns exemplos que ilustram a sua opinião: em Samora Correia, dificuldades no transporte de crianças de Samora Correia para o Porto Alto, na Escola João Fernandes Pratas a internet revela-se deficiente, todas as salas deviam ter um computador, porque os sumários são eletrónicos, mas não têm. Em Benavente, as crianças do 2º ciclo continuam a fazer o caminho a pé da escola para o pavilhão, os alunos não têm tempos livres, as escolas estão lotadas, com constrangimentos vários. Em função de tudo isso, reforçou a ideia que a Carta Educativa se encontra desajustada, face à realidade objetiva atual, sendo de prever a sua desatualização.

Não percebe quando se diz que se quer captar população para o concelho e não se criam condições para que as pessoas possam viver e ter os seus educandos a estudar, com qualidade.

Não entende, igualmente, que se possa equacionar aquilo que foi transmitido pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal, de se poder vir a recusar alunos, tendo em conta que as escolas estão a "*rebentar pelas costuras*", com horários completos. Questionou que estratégia foi essa pensada para o concelho de Benavente e o que se estava a fazer nesse sentido.

No seu entender, não basta só dizer que o Concelho de Benavente, no distrito de Santarém, é o único que ganha população, quando não se acerta naquilo que é a estratégia a dar às pessoas: uma melhor qualidade de vida.

Aproveitou, ainda, para mencionar que, no mandato anterior, a autarquia tinha decidido adquirir uns imóveis, junto ao **Cemitério de Benavente**, destinados ao seu alargamento e à construção de uma Casa Mortuária. Assinalou que o tema já tinha sido abordado por si numa das sessões da Assembleia, realizada há uns meses atrás, sublinhando, no entanto, que, desde então, nada tinha sido feito.

Comentou as declarações proferidas pela sra. Presidente da Junta de Freguesia numa Assembleia de Freguesia, com quem disse partilhar das suas preocupações sobre o assunto. Considera "*inadmissível*" que uma Presidente de Junta de Freguesia, da CDU, ameace entregar a gestão do cemitério à Câmara Municipal se não for resolvido o assunto do seu alargamento, o mais depressa possível, por estar perto de atingir a sua capacidade máxima.

Desconhece que documento será aquele que o sr. Presidente da Câmara referiu que iria assinar, esperando ser esclarecido acerca disso.

O eleito **António Rabaça Ribeiro** mostrou-se, igualmente, satisfeito pelo numeroso público presente na sessão e pela sua prestação nos trabalhos. Confessou não fazer ideia das situações relatadas pelos munícipes, mas o que o entristece, ainda mais, é o facto de se irem embora com "*uma mão cheia de nada!*".

Sublinhou que não é por não alertar para a necessidade de existirem **políticas de mobilidade suave**, do **transporte urbano**, dando o exemplo do Município de Almeirim, que dispõe de um autocarro para transportar as pessoas dentro do concelho.

Na sua visão, a Câmara Municipal deveria, há muito tempo, ter adotado esse sistema de transporte urbano, para mais, quando se tem um modelo de desenvolvimento urbanístico, construído, sobretudo, em extensão, devendo haver outro tipo de soluções que atendesse a essa forma de crescimento.

Da mesma forma, referiu a questão das **bicicletas partilhadas**, adquiridas e guardadas há muito tempo, cujo Regulamento está para sair. Considera que não existe coesão territorial no Município, por não se verificarem ligações entre os quatro polos que o constituem, reforçando que se trata de uma temática, que tem vindo a reportar desde há anos.

Finalizou, **dirigindo uma palavra ao eleito Armando Almeida**. Na sua ótica, teve um discurso "*eloquente*", como sendo de Vereador, tendo-o "lembrado" que estava perante uma sessão da Assembleia e não da Câmara Municipal. Para si, não deixa de ser verdade que o PS pertence à Câmara

Municipal, que detém o poder executivo, enquanto a Assembleia Municipal detém o poder fiscalizador, devendo as propostas ser apresentadas nas reuniões da Câmara Municipal, onde faz sentido que sejam apreciadas e votadas.

Frisou que o PS faz parte do Executivo por uma questão de governabilidade do Concelho e de garantir estabilidade ao mandato atual, salientando, no entanto, que se encontra em minoria de representantes, dispondo apenas de um Vereador, enquanto a CDU, dispõe de três.

Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões que foram suscitadas:

Ao eleito Paulo Cardoso transmitiu que considera a **obra de requalificação da Azinhaga do Contador,** em Benavente, como um exemplo da dinâmica que vem caracterizando o mandato atual, como resposta da autarquia aos problemas das pessoas. Referiu a obra como sendo uma das mais importantes que a Câmara Municipal tinha em mente realizar, a par de outras em execução ou em vias disso. Em termos de intervenção global, realçou as boas condições em que a estrada ficou. Quanto aos perigos resultantes da velocidade excessiva, informou que foi dotada de um conjunto de lombas, para dissuadir as grandes velocidades, assim como de passadeiras, para facilitar a circulação de peões.

No que concerne ao **problema da falta de médicos**, repôs que a responsável pela sua colocação é a ARS, a autarquia apenas contribuiu para a sua resolução. Nessa linha, confirmou a saída da Dra. Diana, mas, por via dos contactos estabelecidos pela Câmara Municipal, conseguiu-se que uma outra médica venha trabalhar para Benavente, complementando que, ao abrigo do Regulamento, agendado para a sessão, irá assinar um contrato, que lhe permitirá usufruir desses apoios, a exemplo do que irá acontecer com a colega que exerce em Santo Estevão.

Em relação ao **estacionamento na Rua João Sabino Almeida Fernandes** explicou que a limitação de estacionamento, serve para libertar as frentes das lojas, para que o comércio possa ter melhores condições de funcionamento. Após a fase inicial, foram emitidos comunicados à população e dadas indicações à GNR para efetuar uma fiscalização mais rigorosa e não pactuar com situações de estacionamento abusivo. Não sendo por falta de informação ou de sensibilização, acredita que os cidadãos, por força dessa medida, acabarão por respeitar as regras de estacionamento.

Falando da **requalificação do Museu Municipal**, deu conta que foi uma das obras que ficou sujeita às contingências adversas que caracterizam a conjuntura atual. A empresa adjudicatária entrou num processo de insolvência, estando a autarquia a preparar o lançamento de um novo concurso, tentando gerir o processo e encontrar soluções para que os fundos comunitários alocados à obra, possam ser assegurados, de forma a não prejudicar os interesses da autarquia.

Relativamente às **Rotundas, em Benavente**, esclareceu que as mesmas estão projetadas para uma estrada nacional, a 118, que é da competência da Administração Central. Clarificou que foi a autarquia quem estabeleceu os necessários contactos para a sua concretização, tendo sido quem, também, assumiu os custos dos projetos para a construção das rotundas.

Informou que, nesse dia da sessão, tinha tido uma reunião com a IP-Infraestruturas de Portugal, no âmbito da intervenção que irá realizar na EN 118, que será incluída num projeto de segurança rodoviária, tendo-se responsabilizado pelo seu financiamento. O projeto de requalificação irá estar concluído em

breve, que vai desde Samora Correia até ao limite do concelho de Salvaterra de Magos. Completou, dizendo que, no dia seguinte, iria ter uma reunião subsequente para finalizar a avaliação técnica e validar os respetivos projetos, presumindo-se que a respetiva empreitada seja lançada em breve.

Ainda na **rede viária,** anunciou que irá avançar o projeto da **circular urbana a Samora Correia**, inserida na requalificação do troço da EN 118, entre Porto Alto e Alcochete, permitindo a alternativa ao trânsito pesado, por via da estrada da Murteira.

No que diz respeito ao **acompanhamento dos alunos quando se deslocam para as aulas de educação física,** reafirmou que o assunto irá ser avaliado.

Quanto à **pintura do campo de basket**, registou que o Vereador responsável irá tentar perceber o que se passou em ambiente de obra.

Elucidou que, na sequência de um entendimento estabelecido entre a APA-Agência Portuguesa do Ambiente e os Municípios de Benavente e de Coruche, irá ser desenvolvido um projeto que irá permitir controlar a **praga dos jacintos de água**.

No tocante às preocupações com a **seca extrema** que assola o País, revelou que a utilização da água, no espaço nacional, é feita do seguinte modo: 7% para consumo humano; 19% para a indústria; o restante para a agricultura.

Mostrou-se convicto que todos têm de ajudar para minimizar os seus efeitos, existindo um longo caminho a percorrer, onde cada um dará o seu contributo para combater o problema. No Município de Benavente, durante o Verão, não houve problemas no abastecimento para o consumo humano, ao contrário das dificuldades sentidas por Municípios vizinhos, no que respeita à captação para consumo humano, em face da percentagem elevada de captações para a agricultura.

Sublinhou a necessidade de se encontrarem estratégias ou pontos de equilíbrio que, além de assegurarem a produção de alimentos, prevejam, igualmente, a tomada de medidas que ajudem a mitigar o impacto das alterações climáticas. Tendo em conta que o Município de Benavente se insere numa região que dispõe dos melhores solos do País, considera premente a existência de um setor agrícola que abasteça o mercado de alimentos.

Fazendo o ponto de situação do **programa primeiro direito/habitação**, expressou que o Gabinete criado para o efeito, dispõe de alguns técnicos ao seu serviço, estando a decorrer um processo de *contratação para a entrada de mais alguns elementos*. A *propósito, observou que, na sequência de um* procedimento concursal recente, a exemplo do que tem acontecido com algumas empreitadas, ficou deserto de candidatos, avançando-se para o lançamento de um novo concurso.

Deu a conhecer que existe um conjunto de situações já identificadas, que estão a ser trabalhadas. No âmbito da CIMLT, Benavente e mais outros seis Municípios lançaram um concurso para a contratação de Gabinetes que irão desenvolver os projetos. Assim que se souber o resultado desse procedimento, ir-se-à avançar para a definição dos projetos e para o lançamento dos concursos destinados às respetivas empreitadas. O prazo de concretização para desenvolver a estratégia será até 2026, com grandes exigências a nível de projetos e de concursos, garantindo que tudo está a ser feito para que seja cumprido esse prazo.

Quanto ao **Cemitério de Benavente e à Casa Mortuária**, sintetizou o seu percurso processual:

A autarquia adquiriu um terreno ao sr. Jorge Netto, como reserva para futura ampliação do Cemitério e como solução para a construção futura da Casa Mortuária.

Depois disso, avançou-se para outra localização da Casa Mortuária, considerada mais central, localizada na Rua de São Bento. Dos contactos efetuados com o proprietário, exigiu um valor de cerca de 250.000,00€. Depois de confrontado com o valor de 107.000,00€, que resultou da avaliação de uma entidade certificada (obrigação legal), o proprietário não mostrou abertura para alterar a sua proposta de venda.

A Junta de Freguesia de Benavente apresentou, entretanto, uma solução à Câmara Municipal, que consiste em construir um edifício para a Casa Mortuária, na frente do cemitério. Essa proposta foi abordada informalmente na Câmara Municipal e a opinião que houve, não sendo consensual, foi de ir contra a construção naquele espaço, por parte do PSD.

No momento, decorre um primeiro processo de concurso para a ampliação do Cemitério, em relação à construção da parte convencional, sendo lançado na próxima 2ª feira, um segundo processo de concurso destinado à construção de nichos. As obras de ampliação contemplam as duas freguesias, Benavente e Samora Correia.

Por último, asseverou que o terreno em causa não se encontrava em leito de cheia.

Na questão da **ajuda às famílias**, respondeu que a Câmara Municipal, dentro daquilo que são as suas disponibilidades, tenciona apoiar as famílias, sobretudo, através de alimentos, em ligação estreita com a rede social.

Comentando o **"discurso de mudança"** proferido pelo **eleito Armando Almeida**, replicou que a Câmara Municipal tem um mandato para percorrer, desenvolvido num contexto económico e social, bastante adverso. O atual quadro de governação, que incluiu um eleito do PS, permite identificar e discutir em conjunto todos os vetores de intervenção, necessários à promoção e desenvolvimento da qualidade de vida do Município e dos seus munícipes.

Apesar de todos os constrangimentos, não desiste desse caminho de progresso, que, na generalidade, será da responsabilidade daqueles que viabilizam as soluções para o alcançar, a CDU e o PS, e não o PSD, que, certamente, não contará para tirar qualquer benefício desse trabalho conjunto.

Confia que, no final do mandato, será escrutinado, da melhor maneira, o trabalho de quem está na governação, de quem responde àquilo que são as perspetivas de futuro do seu território, que vão desde a expansão da sua economia à criação de condições que valorizem o bem-estar social da população.

Quanto à **apologia da mudança**, retorquiu que aquilo que o PSD tem para dar às pessoas se resume à palavra mudança, não tendo responsabilidade nenhuma naquilo que vier a acontecer durante o cumprimento do atual mandato, acreditando que a população sairá beneficiada com os seus resultados.

À questão da **falta de transportes** e qual a estratégia municipal para a resolver, suscitada pela eleita Nádia Matos, respondeu que, no momento, a Autoridade de Transportes é exercida pela CIMLT e não pela Câmara Municipal. A CIMLT é constituída por um quadro de técnicos, por um Executivo e por um

conjunto de Presidentes de Câmara, que definem as estratégias a seguir para atingir determinados objetivos. Nesse sentido, estuda-se, avalia-se um processo de criação de uma empresa intermunicipal de transportes, que sirva a região. É na vertente desse projeto que a Câmara Municipal se incluiu, não tendo dúvidas quanto à importância de se dispor de uma rede de transportes, que seja atrativa, apelativa, de forma a que os cidadãos a prefiram em vez do transporte individual.

Na estratégia a seguir, não será o Município quem irá fazer as carreiras de ligação a Lisboa, ou, a Santarém, ou, ao Montijo, embora o possa fazer, mas, prefere integrar-se nesse projeto mais amplo, de maior dimensão.

Acredita que a **empresa a criar, no âmbito da CIMLT**, de cariz intermunicipal e gerida pelos próprios Municípios, possa dar a resposta que se pretende ajustada aos interesses da região.

Completou o tema, referindo que o processo em questão engloba aquilo que são os circuitos urbanos e o transporte a pedido, este último, considerado fundamental para a dinâmica que se pretende imprimir à rede de transportes.

Em resposta à ideia de que **não existem fontes de investimento**, contradisse com o investimento qualificado e diversificado, que está em curso e que será importante para o futuro do Município. Na sua opinião, existem condições de viabilidade para se ter uma empresa que seja dos Municípios, gerida com o objetivo principal de qualificar a rede de transportes públicos da região.

Noutro tema, **felicitou todos aqueles que, de uma forma ou de outra, desenvolvem um conjunto de atividades importantes,** desde logo, na relação com as pessoas, proporcionando, através das **diversas festividades,** momentos de proximidade, de confraternização, de bem receber, de afirmar o seu território, naquilo que é a sua cultura e identidade.

Deixou, igualmente, uma palavra de **louvor e de reconhecimento a toda a equipa de trabalhadores da Câmara Municipal,** que tem feito um trabalho considerado "*inexcedível*" para que proporcionem aos valorizados voluntários todas as condições para que a sua missão seja um sucesso.

Em referência às declarações do eleito Ricardo Oliveira, sobre os "***investimentos adiados para a freguesia de Santo Estevão"***, comprovou a capacidade de resposta da autarquia face às necessidades que têm surgido:

- **Requalificação do Posto Médico de Santo Estevão**, assinado, no dia anterior, o contrato relativo a essa empreitada, estando em condições de avançar. Explicou que a obra resulta de diligências efetuadas pela Câmara Municipal, num setor da responsabilidade do Ministério da Saúde. Contudo, percebendo que existem situações para as quais é importante dar uma resposta, atenta às necessidades das populações, a autarquia toma a iniciativa de diligenciar nesse sentido, como aconteceu nos casos de Santo Estevão e de Foros de Almada.

- Prosseguindo essa lógica**, apoiou a Junta de Freguesia na aquisição do edifício da Caixa Agrícola, para sua futura sede**, visando obter melhores condições de funcionamento. A verba está cabimentada, esperando levar o assunto à Câmara Municipal, brevemente, para benefício da população de Santo Estevão.

- Assim como também apoiou a empreitada de arrelvamento sintético do campo de futebol do CFE-Clube de Futebol Estevense.

Considera que os exemplos dados testemunham a preocupação da autarquia em ir ao encontro dos interesses dos cidadãos, investindo, dando corpo aos seus anseios, os quais não acontecem por via da expectativa de mudança do PSD, mas, sim, graças à ação da Câmara Municipal e do seu Executivo, constituído pela CDU e pelo PS.

Comentando as alusões à **Carta Educativa**, sublinhou que o documento, elaborado em 2007, já continha, em si, uma componente forte, em termos de perspetiva de futuro e de resolução dos problemas. O mesmo permitiu à autarquia intervir na Requalificação do Parque Escolar, no que diz respeito ao Pré-Escolar e ao 1º ciclo, como, também, contribuiu para que fosse pioneira na universalidade, em relação ao Pré-Escolar.

Explicitou que a Carta Educativa responsabiliza as entidades que têm atribuições e competências, em determinadas áreas. Da mesma forma que identifica quais as responsabilidades da Administração Local, que as concretizou, também, o faz em relação à Administração Central, nos restantes níveis de ensino, 2º e 3º ciclos e ensino secundário.

Aquilo que se passa é que, chegado o momento da descentralização das competências, a Câmara Municipal está a receber aquilo que não foi feito pelo Estado, durante anos e anos. Exemplo disso, foi a viabilização do ensino secundário em Samora Correia. O Estado criou-o, mas sem precaver as infraestruturas condignas, de raiz, para a sua implementação, ficando a funcionar nas instalações da EB 2,3, até ao momento, sendo essa a razão porque está a abarrotar. A solução encontrada pela autarquia para satisfazer essas necessidades foi de acolher cerca de 300 alunos na Escola de Porto Alto, vindo, igualmente, alunos do Porto Alto para Samora Correia. Esses circuitos de transporte são todos assegurados a expensas do Município.

Se ninguém duvida da situação crítica existente, reiterou que a mesma resulta da incapacidade de resposta da Administração Central, uma vez que só uma das partes, a Câmara Municipal, cumpriu com os compromissos assumidos nessa Carta, de acordo com a referência anterior. (rede de equipamentos no Pré-escolar e 1º ciclo)

Frisou que a Carta Educativa se encontra, praticamente, concluída, sendo certo que, a autarquia não deixará de reivindicar aquilo que considera ser absolutamente necessário à prossecução dos interesses da população. Mencionou que, ele próprio, em campanha eleitoral, elegeu como obra relevante e determinante para Samora Correia, a construção duma Escola Secundária.

Perspetiva que venha a ser comparticipada pelos fundos comunitários e viabilizada pela Administração Central. No limite, se esse apoio não se efetivar, garantiu que a Câmara Municipal tomará a iniciativa de avançar com a obra.

A munícipe **Rosa Cavaco**, a propósito da menção ao **Posto médico de Santo Estevão**, avivou que o mesmo se encontra, no momento, sem médico, nem enfermeiro.

Em resposta, **o sr. Presidente da Câmara** confirmou a situação, comunicando que a médica se encontrava doente.

Aproveitou a oportunidade para esclarecer que a médica em causa, Dra. Layra, foi colocada em Santo Estevão, através de diligências efetuadas pela autarquia, a exemplo do que se verificou para a colega de Benavente. De início veio para cumprir um horário de, apenas, 20 horas, porque queria conciliar com uma outra função. Encetou-se diálogo com ela na perspetiva de se fixar em Santo Estevão e poder prolongar o horário para as 40 horas, mas, com a condição de ser compensada por isso. Aguarda-se pela aprovação do Regulamento, agendado para a sessão, para que lhe possa ser atribuída essa *compensação*.

Ainda assim, informou que é assegurado, por uma enfermeira e por uma administrativa, colocada pela autarquia, todo o serviço que tem a ver com as situações de baixa por doença e com a medicação, fazendo a interligação com o Centro de Saúde de Benavente.

O eleito **Ricardo Oliveira** pediu autorização para intervir, que foi concedida pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal, na condição de ser rápida a intervenção.

Retomou o tema da Casa Mortuária de Benavente, para salientar que tinha sido "*curioso, até caricato*" ouvir o sr. Presidente da Câmara dizer que tinha abandonado a ideia da Casa Mortuária, porque o PSD não tinha concordado.

Clarificou que, no final de uma reunião da Câmara Municipal, em 23 de agosto de 2022, o sr. Presidente chamou os vereadores a um encontro informal, para dar a conhecer um esboço apresentado pela Junta de Freguesia de Benavente. A sra. Vereadora do PSD, face àquilo que, não sendo um projeto, era um esboço, transmitiu a opinião de não ser muito favorável à opção que o mesmo continha.

Continuando, vincou que o posicionamento do PSD só seria dado a conhecer depois de analisar projetos que fossem concretos e definitivos e, não, esboços. Criticou, ainda, que o sr. Presidente da Câmara tinha ficado de apresentar outras soluções e que, até ao momento, não o tinha feito, chegando ao ponto de afirmar que a autarquia tinha adquirido um imóvel para ficar de reserva, quando a própria Junta de Freguesia clama por uma obra urgente.

Em resposta, **o sr. Presidente da Câmara** referiu que, no caso da Casa Mortuária, tinha sido abordado pela Junta de Freguesia, para lhe apresentar uma solução, em resultado daquilo que tinha sido a sua reflexão sobre o assunto. Essa solução propunha a sua construção na ala esquerda da entrada do Cemitério.

Atento ao assunto, a exemplo do que é habitual fazer, antes de avançar com qualquer solução, deu-a a conhecer, de forma informal, aos srs. vereadores, questionando-os sobre a mesma. Na altura, a sra. Vereadora do PSD pronunciou-se no sentido de que a solução não era a melhor, com o argumento de que iria desvirtuar a entrada do Cemitério, motivo pelo qual se opunha. A seguir a essa reunião, gozou um período de férias, ciente, no entanto, que o assunto tem de ser tratado com a Junta de Freguesia de Benavente.

Se por um lado, acha que o mais correto seria procurar consensualizar a matéria, por outro, reconhece o direito de quem discorda. Contudo, se esse entendimento não for possível de alcançar, deverá cada um assumir as suas responsabilidades. Declarou ter sido isso que pretendeu transmitir e não dar a entender que a solução não avançou por culpa de alguém.

A concluir o tema, reafirmou que a Câmara Municipal tinha adquirido um terreno contíguo para proceder à **ampliação do Cemitério**, estando a ser desenvolvido o respetivo projeto, assim como o dos nichos aeróbicos, numa ação que considerou de antecipação face às necessidades previsíveis do futuro.

Passou-se ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Antecedendo a entrada no PERÍODO DA ORDEM DO DIA e conforme referido anteriormente, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal de Benavente**, a pedido da Câmara Municipal, solicitou autorização ao plenário de eleitos, que suscitou que fosse sujeito a votação, nos termos e ao abrigo do disposto no número dois do artigo cinquenta do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na redação vigente, para a **introdução de um PONTO EXTRA** na Ordem do Dia dos trabalhos da sessão, respeitante a **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022,** para efeitos de tomada de deliberação, nos termos e ao abrigo do disposto, conjugadamente, nas alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atual e no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atual.

O plenário de eleitos autorizou, por unanimidade, a introdução do referido Ponto Extra, na Ordem do Dia. Face a essa alteração, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal**, após a reordenação dos Pontos, anunciou que passava a constituir o **Ponto número quatro**, sendo que o anterior número quatro passava a número cinco e o anterior número cinco a seis.

Antes de dar início ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal**, tendo em conta que faltavam, apenas, vinte minutos para as 24 horas, propôs, nos termos do número dois do artigo número trinta do Regimento, que o Plenário se pronunciasse sobre a possibilidade dos **trabalhos da sessão se prolongarem por mais uma hora,** para além das 24 horas do dia do seu início, uma vez que se previa a conclusão da discussão dos pontos agendados, durante esse período de tempo.

Na sequência, o eleito **Paulo Cardoso** propôs que se fizesse um **intervalo de cinco minutos** até à retoma dos trabalhos, **o que foi aceite pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**. O período de intervalo teve início às vinte e três horas e quarenta e dois minutos, tendo sido retomados os trabalhos da sessão pelas vinte e três horas e quarenta e sete minutos.

PONTO 1 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO E DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) 02 DE SAMORA CORREIA E OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA - PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA – Discussão e eventual aprovação da alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) 02 de Samora Correia, do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU 02 de Samora Correia. Pronúncia sobre a constituição do município de Benavente como entidade gestora das Operações de Reabilitação Urbana nas áreas em causa, bem como sobre a atribuição dos benefícios fiscais – tudo, para efeitos de início do necessário procedimento de consulta pública, mediante publicação oficial em Diário da República, nos termos das disposições conjugadas das alíneas c) e r) do n.º 1 do artigo 25.º d o Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação e dos artigos 45.º e 71.º do Estatuto dos Benefício Fiscais:

O sr. Presidente da Câmara Municipal contextualizou a matéria em apreço, referindo que a alteração proposta visa criar condições para agilizar o processo de aquisição, reabilitação e adaptação a fins habitacionais, de um edifício situado na Urbanização Arneiro dos Corvos, onde em tempos funcionou

um centro comercial. Trata-se de um edifício sem licenciamento algum, sem viabilidade, constituído por 60 frações, A sua situação tem-se vindo a arrastar, porque a maior parte dos fogos foram adquiridos por emigrantes, tornando-se complicado encontrar os seus proprietários. Devido à complexidade do processo, a Câmara Municipal contratou um Gabinete para gerir o processo de aquisição, onde se incluem diversas expropriações. Segundo o Cronograma de Operações, a sua conclusão está prevista para o final do ano de 2023.

Complementou que a proposta objetiva, ainda, integrar esse espaço na ARU de Samora Correia, no âmbito do Programa de Estratégia Local de Habitação, (ELH), o que irá permitir que a intervenção subsequente seja suportada com fundos do PRR. Esse alargamento vai permitir, também, que os edifícios abrangidos possam beneficiar de incentivos fiscais para a sua reabilitação.

Não houve inscrições para a sua discussão pelo que se procedeu, de imediato à votação do **Ponto número um**: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO E DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) 02 DE SAMORA CORREIA E OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA – PROGRAMA ESTRATÁGICO DE REABILITAÇÃO URBANA, que foi **aprovada por unanimidade.**

PONTO 2 - PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS (UCSP) DE BENAVENTE – RELATÓRIO, INCLUINDO A APRECIAÇÃO DOS CONTRIBUTOS EM FASE DE CONSULTA PÚBLICA E A PROPOSTA DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL, PARA EFEITOS DE SUBMISSÃO À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Discussão e eventual aprovação, ao abrigo e nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual:

Na apresentação do Ponto, **o sr. Presidente da Câmara Municipal** sintetizou que, a Assembleia Municipal se tinha pronunciado sobre o setor da saúde no Município de Benavente, na sessão de 29 de junho passado, na sequência de um trabalho desenvolvido pela sua Comissão Específica, ligada à área. Tinha reunido com a sra. Diretora do ACES do Estuário do Tejo, que transmitiu aos elementos da Comissão que uma das soluções seria avançar para a constituição de uma USF, modelo A, garantindo a Câmara Municipal o pagamento do diferencial, entre aquilo que vencem os profissionais numa USF, modelo A, e aquilo que vencem numa USF, modelo B, que atinge valores considerados significativos.

Equacionada essa possibilidade, ainda que vá para além das suas competências, disse que a Câmara Municipal decidiu aceitar o pagamento desse diferencial, como forma de procurar resolver o problema da saúde numa parte do território do Município, numa tentativa de proporcionar às populações um dos seus mais elementares direitos, previsto na Constituição, a saúde.

Em termos comparativos, assinalou que a USF, tipo B, de Samora Correia, assegura um serviço de excelência, enquanto que na UCSP de Benavente, a situação tem vindo a complicar-se cada vez mais, desde há uns anos, a exemplo de outros Municípios da área de influência do ACES, onde, existem, casos piores.

Daquilo que lhe foi transmitido pela Comissão, o modelo já tinha sido implantado algures no País. Nesse sentido, foi pedido à sra. Diretora do ACES exemplos de Regulamentos no País que permitissem esse tipo de solução, chegando-se à conclusão que não existia, na forma como foi apresentado.

Face à situação, com uma proposta de solução, mas sem exemplos práticos no País, a Câmara Municipal pediu um parecer jurídico ao seu Gabinete de Advogados, que se pronunciou no sentido do Município não poder apoiar financeiramente, de forma direta, nos termos em que foi colocado, apenas, o podendo fazer, em termos logísticos. Na sequência desse parecer, a autarquia desenvolveu uma proposta de Regulamento, que foi apresentada à sra. Diretora do ACES, que, atenta à sua complexidade, aconselhou a autarquia a pedir uma reunião ao sr. Ministro da Saúde, para lhe expor *diretamente o assunto, por julgar que só o mesmo poderá tomar uma decisão concreta e precisa sobre* a Regulamentação proposta.

Especificou os termos do Regulamento proposto. Ao assumir uma responsabilidade dessa natureza, a autarquia prevê assumir os custos inerentes, através de uma entidade parceira, no caso uma IPSS. O seu clausulado prevê a intervenção do Ministério da tutela, de quem se exige que venha a dotar a USF dos meios necessários para poder criar uma equipa, que será constituída por médicos, enfermeiros e administrativos. Por sua vez, essa equipa deverá apresentar um projeto, que, depois de concretizado, levará o Ministério a assumir a passagem do modelo A para o modelo B, por um período intermédio, entre dois a três anos, até à sua passagem definitiva a modelo B, ficando o Estado, a partir daí, com os encargos subjacentes. O clausulado prevê, ainda, que a equipa de profissionais assuma a responsabilidade de concretizar o projeto, por forma a que o investimento da autarquia, durante esse período de tempo, que se cifra entre os 600 e os 800 mil euros, possa dar frutos, atingindo a meta pretendida.

Acrescentou, ainda, que o processo tem um enquadramento muito excecional, inovador. Ao ser comentado por um responsável tutelar, avaliou-o pela negativa, advogando que o mesmo levaria à disputa de médicos de Município para Município, empolando, ainda, mais os seus vencimentos.

Concluiu, afirmando que, da parte da autarquia, o trabalho estava feito, necessitando de ser validado pelo Ministério da Saúde, a quem já foi solicitada uma reunião, cujo agendamento tem sido protelado, devido à saída da sra. Ministra e da entrada em funções do atual Ministro. Aguarda-se a sua resposta, para que seja possível propor a solução referida e dar-se andamento ao processo.

Mantendo o foco na situação derivada da falta de médicos, mas, noutro contexto, deu nota que a Câmara Municipal, até que a solução preconizada se concretize, tem de prosseguir com a sua política de tentar fixar médicos em Benavente, que não resolve o problema de fundo, mas minimiza-o. Nesse sentido, encetou contactos com uma médica, residente no Barreiro, que mostrou abertura para exercer o seu cargo em Benavente, encontrando-se já no ativo, a quem já foi prometido prestar apoio ao nível da habitação. Face à composição do seu agregado familiar e ao aumento exponencial das rendas, a autarquia não conseguiu alugar uma habitação por menos de 1,050,00 euros/mês, dependendo da aprovação do Regulamento em discussão.

Referindo-se à intervenção da **munícipe Rosa Cavaco**, de que a médica colocada no Posto Médico de Santo Estevão, já não se encontrava a prestar serviço, reiterou que a Dra. Leyra está contratada para efetuar 20 horas, em Santo Estevão, mas, mostrou-se disponível para aumentar o horário até às 40 horas, o que permitiria dar resposta às populações, não só de Santo Estevão, como, também, de Foros de Almada e de Foros da Charneca. Mostrou, igualmente, vontade de aceitar um conjunto de apoios prestados pela autarquia.

Retomando a proposta de Regulamento em discussão, face à situação difícil e aos contributos que foram dados nesse sentido, comunicou que a participação financeira em apoios foi atualizada de 800 para 1.100,00€, assim como foi alargado o âmbito da sua aplicação a todos os médicos não especialistas, desde que tenham condições para exercer a sua função.

Ciente que o Regulamento de Incentivos não resolve o problema no seu todo, mas, que o permite menorizar, a Câmara Municipal vai prosseguindo o seu caminho paralelo à proposta de solução, de carácter extraordinário, que aguarda resposta do sr. Ministro para uma reunião conjunta, na expectativa da sua concretização.

Concluiu, reafirmando que a posição da interlocutora, a sra. Diretora do ACES, de quem partiu a ideia de colocar o assunto à Comissão Específica, mas que, no concreto, quando confrontada com a situação, transmitiu que não dispunha de nenhum modelo que se adequasse ao pretendido, não impediu a Câmara Municipal de construir uma solução à medida dos interesses da população, que se encontra pendente de validação da Administração Central e da fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.

Para o debate, inscreveram-se os seguintes eleitos: **Paulo Cardoso, Antonio Rabaça Ribeiro, Ricardo Oliveira, Paulo Reis e Pedro Gameiro.**

O eleito **Paulo Cardoso** disse que concordava com tudo o que se fosse para ajudar a fixar médicos, em Benavente. Estranha, contudo, que a solução encontrada para tentar resolver o problema da saúde, da *iniciativa da Terceira Comissão Específica da Assembleia Municipal, da qual faz parte, não tenha sido* aprovada por unanimidade, na sessão de 29 de junho passado, uma vez que os eleitos da CDU se abstiveram.

Para validar a sua afirmação, recordou as palavras proferidas, na altura, por um desses eleitos, ao afirmar que não era a melhor solução ter de se enveredar pelo pagamento de diferenciais aos médicos de Benavente, na medida em que poderia provocar um empolamento maior nos vencimentos dos médicos, transformando a situação num leilão entre Municípios do País. O único vislumbre que poderia aceitar era serem assumidos, em conjunto, compromissos com todas as entidades tutelares responsáveis, adiantando o Município os valores considerados necessários, mas, com a garantia do seu ressarcimento.

Destacou, contudo, que a proposta da Comissão não segue no sentido do seu ressarcimento, mas, a fundo perdido, considerando que, dessa forma, se está a investir, verdadeiramente, na freguesia e nos seus fregueses. A diferença que observou é que a proposta inicial foi colocada pela 3ª Comissão Específica, enquanto que, na sessão, foi colocada pelo Executivo da CDU, apenas, com a diferença em relação ao financiamento.

Na sequência, questionou se as duas médicas, pertencentes ao quadro, que estão colocadas no Centro de Saúde de Benavente, iriam ter o seu vencimento majorado.

O sr. Presidente da Câmara respondeu que não.

Assim sendo, perguntou, novamente, se as médicas a serem colocados em Santo Estevão, fazendo o mesmo trabalho, iriam ter um vencimento superior ao dessas duas médicas, o que, a ser verdade, não

achava que fosse de todo justo. Questionou, ainda, se estava previsto serem majorados os vencimentos dos enfermeiros e dos administrativos que irão constituir a USF, A, de Benavente.

Seguiu-se o eleito **António Rabaça Ribeiro**.

Mostrou-se surpreso pelo facto do Regulamento ter voltado, novamente, à Assembleia Municipal, para ser objeto de apreciação e votação.

Procurou explicar que, no decorrer da última sessão do órgão deliberativo, tinha feito o reparo no sentido de que o Regulamento não tinha sido, ainda, objeto de publicação no Diário da República, não podendo, por esse motivo, ter eficácia externa. Depois disso, leu nas notícias, que não tinha sido, efetivamente, publicado, por manifesto esquecimento, seguindo para consulta pública. Na sequência, pediu que fosse assumido o que tinha acontecido. Ainda que o seu Grupo Municipal tencionasse votar a favor, gostaria de saber quando é que o Regulamento irá ser publicado em Diário da República.

Na sua intervenção, o eleito **Ricardo Oliveira** começou por afirmar que concordava com o teor do Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Médicos, em consonância com o que tinha acontecido no passado.

Distinguindo esse Regulamento daquilo que é a proposta de solução apresentada pelo sr. Presidente da Câmara, que, na sua opinião, resulta do trabalho realizado pela Terceira Comissão Específica da Assembleia Municipal de Benavente. Ainda que a mesma sugira um "apontar de caminho", congratulou-se por esse "apontar de caminho" ter dado origem a novos caminhos: a possibilidade de executar, através da parceria duma IPSS, aquilo que considera ser fundamental para as pessoas, o de terem acesso aos cuidados de um médico.

Concretamente, sobre o Regulamento em apreço, registou que o Grupo Municipal do PSD já o tinha aprovado, pela primeira vez, há um ano atrás, durante o período de campanha eleitoral, achando que, na altura, tinham sido criadas expectativas na população, que não prosseguiram no terreno.

A propósito da criação de expectativas em política, entroncou a questão da CDU ter mostrado receio, aquando da discussão do tema, das sessões da Assembleia Municipal passarem a ser transmitidas em direto, o que, na sua ótica, se deveu a essa mesma questão das espectativas que são criadas para o exterior, correrem o risco de não serem cumpridas. Nesse sentido, concluiu que as expectativas criadas pela CDU, com a aprovação desse documento, a escassos dias das eleições autárquicas, foram a de apresentar uma solução um ano depois.

Continuando, assinalou que, passados uns meses, deteta-se que o Regulamento aprovado, "*com tanta pressa*", nem sequer tinha sido publicado em DR, motivo que o levou a partilhar da mesma questão colocada pelo eleito António Rabaça, ou seja, gostaria de saber o que tinha acontecido, nesse espaço temporal, para que tivessem colocado um Regulamento tão importante "*dentro da gaveta!*".

Rematando o tema, afirmou que tudo aquilo que se foi dizendo durante o ano, não passou de palavras, apenas isso.

O eleito **Paulo Reis,** por considerar que algumas das declarações anteriores revelavam a existência de dúvidas quanto à matéria em discussão, clarificou que o projeto de Regulamento agendado continha em

si as alterações necessárias para que, no imediato, possam ser encontradas soluções para a fixação de médicos.

Dirigindo-se ao eleito Ricardo Oliveira, retorquiu que, na questão de culpar a gestão CDU, pelas expectativas que criou às populações, ficou provado, através da solução preconizada, saída da Comissão Específica, que sempre levantou muita preocupação aos eleitos da CDU, quem é que andava a criar expectativas.

Mostrou-se cético em relação à solução vertida no Regulamento que, na sua opinião, não resolve o problema. Deposita, sim, alguma expectativa na outra solução, a apresentar à tutela, que, efetivamente, foi alicerçada na sugestão apontada pela Comissão, pese embora, as dificuldades que contém.

Relevou, contudo, que as reservas levantadas pela bancada CDU em relação ao trabalho da Comissão, vieram a verificar-se no contacto entre a autarquia e o ACES, ou seja, apontou-se no sentido duma solução, criando-se expectativas, nesse sentido, junto da população. O que os elementos da CDU pediram, na altura, foi que houvesse alguma ponderação e que não se avançasse publicamente para não se deparar com uma solução diferente que teve de ser, entretanto, encontrada.

Terminou, sublinhando que não lhe interessava donde vinha a solução, desde que fosse para garantir um bem tão essencial como é a saúde, qualquer caminho teria o apoio da CDU, que, pelas suas palavras, "*fará sempre parte da solução*".

O eleito **Pedro Gameiro** *leu nas declarações do eleito Paulo Reis e na aprovação do Regulamento em* discussão, o qual não menospreza, que o sr. Presidente da Câmara Municipal está, mais uma vez, a tentar "*empurrar o problema com a barriga para a frente*!", sobretudo, quando diz que vai falar com o sr. Ministro para apresentar a proposta de solução.

No seu entendimento, o problema não se resolve ao nível do Ministro da tutela, que não tem conhecimentos imediatos, para atender o problema, mas, sim, através da ARS-Administração Regional de Saúde, a quem a questão terá de ser enquadrada juridicamente. Nesse sentido, garantiu o empenho do Grupo Municipal do PS e da 3ª Comissão Específica, para avançar com um novo procedimento, junto da ARS. Para o efeito, irá chamar o assunto, novamente, à Comissão, para se começar a fazer uma ponte com essa Entidade, onde disse já ter um contacto estabelecido, que poderá fazer o suporte ao assunto.

O sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões colocadas pelos srs. eleitos:

Em primeiro lugar, em relação à proposta de Regulamento, que aguarda por uma reunião com o sr. Ministro da Saúde, contrariamente àquilo que o eleito Ricardo Oliveira insinuou, a Câmara Municipal tem uma proposta de solução para o problema.

Ao eleito Pedro Gameiro, fez novamente uma súmula dos acontecimentos:

A Comissão reuniu com a Dra. Sofia Theriaga, diretora do ACES, que veiculou uma possível solução. Em função disso e apesar das suas reservas, a Câmara Municipal encetou conversações com a Dra. Sofia Theriaga, como interlocutora, que apresentou a solução. Questão principal que lhe foi colocada: tendo em conta que existiam outros exemplos no País e que a Câmara Municipal estava disponível para

concretizar a solução, mesmo com os elevados montantes associados, pedimos-lhe que apresente os regulamentos similares, que disse à Comissão dispor, para que a autarquia possa concretizar uma proposta, para a fazer chegar ao Ministério e avançar. A resposta dada pela Dra. Sofia Theriaga foi que não havia nenhum Regulamento, nem qualquer situação semelhante.

Confrontada com essa ausência de elementos que lhe permitisse ter uma linha de orientação, a Câmara Municipal tentou, com os seus juristas, enquadrar a situação. Aquilo que lhe transmitiram foi que não era possível a autarquia pagar diretamente aos médicos, ou seja, subsidiar as diferenças de salários. Em alternativa, poderiam ser criados apoios logísticos para a sua fixação. Porém, a lei permitia fazer esse pagamento através da parceria com uma IPSS, que poderia ser contratualizada com o Ministério.

Equacionada essa possibilidade, a autarquia voltou a reuniu-se com a Dra. Sofia Theriaga, a quem foi apresentado o projeto, visando a sua validação pelas estruturas de saúde, no sentido do seu avanço. A Dra. Sofia respondeu-lhe que, à priori, seria uma solução muito complicada, não sendo possível a sua viabilidade, entre o ACES e a ARS, aconselhando-o, por isso, a falar superiormente com o sr. Ministro da Saúde, que era quem detinha poderes para, eventualmente, validar a solução preconizada. Ato contínuo, a autarquia pediu uma reunião à Sra. Ministra da Saúde que, entretanto, veio a demitir-se. Avançou com outro pedido de agendamento ao novo Ministro, de quem se aguarda uma resposta, para receber a Câmara Municipal, que lhe irá apresentar e propor a validação da proposta de solução.

Tem a noção que o processo não será fácil de resolver, contendo, em si, determinados vetores que têm de ser clarificados e assumidos pelo Ministério, na medida em que a autarquia não poderá assumir os custos inerentes, durante uma eternidade. Era, isso, precisamente, que pretendia deixar claro.

Clarificou, ainda, que se trata de um projeto que tem de ser desenvolvido por uma equipa, não sendo a Câmara Municipal que a irá construir, por sua iniciativa. A USF não é mais do que um grupo de pessoas que definem um projeto, que vão procurar concretizar. Não se lhe mostra difícil a criação de uma USF, modelo A, o que o preocupa mais e que está no foco principal é como se irá processar a sua passagem para o modelo B. Daquilo que conhece, no âmbito do ACES, não existe, desde há muitos anos, nenhuma USF, modelo A, que tivesse feito essa transição. Na sua área de influência, existem, apenas, duas USF, B, a de Samora Correia e a de Vialonga.

Em segundo lugar, referindo-se ao projeto de Regulamento em discussão, veiculou que o mesmo tinha sido aprovado em agosto de 2021, com a convicção de que era preciso avançar com soluções para colmatar a falta de médicos e, com esse objetivo em vista, a autarquia procurou um modelo que, contrariamente, àquilo que foi dito, não é assim tão replicado, pelo País, quanto fizeram crer. Lançou o repto de consultarem a matéria e verificarem quantas Câmaras Municipais é que estão a prosseguir com uma situação idêntica à de Benavente.

Relembrou as vezes que já tem lançado o desafio nas reuniões e nas sessões da Assembleia Municipal, a quem tivesse conhecimento de médicos que se quisessem fixar em Benavente, com a possibilidade de virem a usufruir desses apoios, que o dissessem. Constata-se, no entanto, que, até ao momento, tem sido por força das diligências efetuadas, por si e pela Vereadora Catarina Vale, que os médicos se têm vindo a fixar em Benavente.

Detalhou o desenvolvimento processual do projeto do Regulamento em discussão: A proposta inicial foi enviada para publicação no DR, em abril do ano corrente, porque qualquer discussão pública, tem de ser precedida desse ato formal; após a sua publicação efetiva, houve um período para participação pública; é o resultado dessa consulta pública, que se incluiu na versão final do documento, que vem à Assembleia Municipal, a quem compete apreciar e votar; se for aprovado, tornar-se-á eficaz depois de publicado em DR;

Em relação à observação feita pelo eleito **António Rabaça Ribeiro**, com o argumento de que o Regulamento, na sua fase inicial, não necessitava de passar pelo crivo da Assembleia Municipal, o **sr. Presidente da Câmara** confirmou que, uma coisa é não precisar, outra coisa, é a autarquia entender que, sendo questões relevantes, ainda que da sua área de competências, se deve, antes de se mandar para discussão pública, submeter o projeto a apreciação e votação do órgão deliberativo.

Justificou que se trata de uma atitude de partilha de informação entre Orgãos, de respeito pelos seus eleitos, que dá a oportunidade à Assembleia Municipal de apreciar o documento e de se pronunciar durante o período que se segue de discussão pública. Apesar disso, mostrou abertura para acolher a ideia, se a Assembleia Municipal assim o entender, de trazer os projetos de Regulamento, somente, na sua fase de aprovação final.

O eleito António Rabaça Ribeiro voltou a intervir para sublinhar que, desde 2013, era a primeira vez que notava que um Regulamento tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal, antes de ir para consulta pública, tendo desafiado o sr. Presidente da Câmara a mencionar quais tinham sido os outros. Além do mais, fez o reparo de, em momento algum, ter sido explícito que, a seguir, iria para consulta pública.

O sr. Presidente da Câmara contradisse a afirmação proferida, vincando que a Câmara Municipal, por diversas vezes, tinha trazido projetos de Regulamento à Assembleia Municipal, antes da fase de discussão pública, para que fossem previamente tratados no seio das suas Comissões Específicas.

Ficava, no entanto, o registo, garantindo que, no futuro, os procedimentos que digam respeito à Assembleia Municipal, irão avançar para a fase de discussão pública, comprometendo-se a Câmara Municipal a trazê-los, somente, na fase final de aprovação.

O eleito **António Rabaça Ribeiro** indicou, ainda, que todos os Regulamentos que vieram à Assembleia Municipal e que tinham descido à Comissão, o foram por não ter havido consenso do plenário de eleitos.

O sr. Presidente da Câmara *rebateu, afirmando que tinha em seu poder o Regulamento das Hortas Comunitárias, que comprovava o seguimento dessa prática.*

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a discussão da matéria.

Procedeu-se à votação do **Ponto número dois**: PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS (UCSP) DE BENAVENTE – RELATÓRIO, INCLUINDO A APRECIAÇÃO DOS CONTRIBUTOS EM FASE DE CONSULTA PÚBLICA E A PROPOSTA DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL,

PARA EFEITOS DE SUBMISSÃO À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, tendo sido **aprovado, por unanimidade**.

PONTO 3 – RECRUTAMENTO PARA CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA – PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL – Apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto:

Fazendo o enquadramento do assunto, **o sr. Presidente da Câmara Municipal** explicitou que, na sequência da aposentação do sr. Chefe da Divisão Municipal de Gestão Financeira, foi nomeado um outro técnico para desempenhar essas funções. Decorre da Lei a necessidade de ser aberto um procedimento concursal para esse fim, sendo da competência do órgão deliberativo aprovar a composição do respetivo júri do concurso, que consta da proposta em discussão, mas que enunciou: Presidente do júri, o Dr. Miguel Carrinho, da empresa Águas do Ribatejo, a Chefe da Divisão de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos e a Chefe de Divisão de Educação, Cultura, Desporto, Juventude, Tempos Livres e Ação Social, sendo vogais suplentes o Diretor de Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Coruche, assim como o Diretor do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Azambuja.

Para a sua discussão, inscreveu-se o eleito **António Rabaça Ribeiro.**

No âmbito das funções de fiscalização que compete à Assembleia Municipal executar, observou, através da documentação distribuída, que a autarquia pretende designar um júri, composto por um Presidente e dois vogais, que, na sua opinião, deveria ser composto por personalidades de reconhecida competência profissional, credibilidade e integridade pessoal, devendo os vogais exercer ou ter exercido atividade, preferencialmente, na área dos recursos humanos ou da área da administração local autárquica, conforme dita a lei aplicável. Nesse sentido, a Câmara Municipal entendeu fazer convites a três personalidades, das Águas do Ribatejo e dos Municípios de Coruche e de Azambuja, por entender que os nomes propostos reuniam os requisitos legais. Esperava, no entanto, um júri de mais alto nível.

Comentou que o Presidente do Júri, Miguel Gomes Carrinho, era diretor das Águas do Ribatejo, economista de formação e contabilista e os vogais efetivos: Palmira Alexandre, era jurista de formação e Cristina Gonçalves, era licenciada em história, ligada à ação educativa, e como vogais suplentes: o Diretor Financeiro da CM de Coruche e o mesmo da CM de Azambuja. Nas suas palavras, isso, era a "*desilusão completa e inacreditável*!"

Apontou, ainda, que a proposta definia a pessoa que substituía o Presidente do Júri, no caso uma jurista, sem formação financeira, nem formação na área da contabilidade.

Assim e no limite, não por ausência, mas, por impedimento temporário, alegou que o júri até podia ficar com duas pessoas sem competência na área financeira, frisando que, atualmente, a matéria está regulada, também, pela Lei do Trabalho em Funções Públicas, cujo artigo n.º 37, até é regulamentado por uma Portaria de 2019, que fala exclusivamente do procedimento concursal. Alegou, ainda, que a própria Lei invocada, através do n.º 49, artigo n.º 13, não prevê a existência de suplentes para o júri.

Feita a exposição, sublinhou que o Grupo Municipal do PS tinha decidido dar liberdade de voto aos seus elementos, afirmando, desde logo, que iria votar contra, servindo a sua intervenção para quem quisesse votar contra, ou quem entendesse que o devia acompanhar nessa opção de voto, pela razão de não

reconhecer competência a esse júri para avaliar um cargo de chefe de Divisão Municipal de Gestão Financeira da Câmara Municipal de Benavente.

Para responder ao eleito António Rabaça Ribeiro, **o sr. Presidente da Câmara** usou da palavra, para explicar o seguinte:

- Que era um procedimento normal ao nível das demais Câmaras Municipais do País, existindo partilha de técnicos para integrarem os júris de concurso;

- Para presidir ao júri, tinha havido o cuidado de se escolher o Dr. Miguel Carrinho, com condições para garantir uma avaliação de competência, do ponto de vista técnico, com reconhecida experiência adquirida ao longo das suas funções, na área administrativa e financeira, na empresa Águas do Ribatejo, onde ascendeu, ultimamente, ao cargo de Diretor Geral, merecendo, por isso, toda a confiança para presidir ao júri;

- Para vogais, tinham sido escolhidas as duas chefes de Divisão da Câmara Municipal de Benavente, uma jurista, da área de recursos humanos, que se aceita porque quando se está a fazer um recrutamento, para além daquilo que são as condições técnicas, existem outras vertentes que são obviamente validadas num processo de recrutamento. Nesse sentido, discorda que se desvalorize, na composição de um júri, alguém que tem formação e conhecimento na área de recursos humanos e que justifica aquilo que se pretende, que é um recrutamento. E uma outra chefe de Divisão, que está há muitos anos no cargo, que reúne igualmente um conjunto de condições que lhe dão uma vasta experiência no desempenho do seu cargo.

Não deixando de respeitar a opinião do eleito, considera, contudo, que se está perante um júri equilibrado, que garante, à partida, um método e um processo de seleção, para recrutar quem melhor possa servir, no presente e no futuro, os objetivos da Câmara Municipal.

Acrescentou, ainda, que a nomeação de um chefe de Divisão não é um ato, em si, indeterminado, porque em qualquer momento o dirigente eleito tem competência para poder destituir esse dirigente, tem um período determinado e têm de ser renovadas as Comissões de Serviço. Aquilo que pretendeu dizer foi que, do ponto de vista da autarquia, a composição do júri garante, na sua opinião, que a seleção irá decorrer com métodos, com regras, com objetivos que defenderão aquilo que é a salvaguarda do interesse da Câmara Municipal, permitindo escolher, de entre aqueles que concorrerem, o que melhor servirá o objetivo da autarquia.

Através do esclarecimento prestado, quis deixar claro, perante a Assembleia Municipal, que não se está a contratar alguém que ficará com um vínculo com a Câmara Municipal, mas através de uma comissão de serviço, tendo adicionado que, ao elaborar-se a proposta em discussão, ela foi feita de forma consciente, tendo na sua perspetiva um júri que poderá desempenhar da melhor maneira as suas funções.

O eleito **António Rabaça Ribeiro** mostrou intenção de responder ao sr. Presidente da Câmara, com o argumento de que apenas tinha dado a sua opinião, não lhe tendo suscitado nenhuma questão, ou seja, tinha feito uma declaração da forma como iria votar, apresentando as suas alegações. Uma delas, referiu que foi baseada na nova legislação sobre a matéria, de 2019, que diz no art.º 13, n.º 5, que o Presidente,

e pelo menos um dos membros do júri, devem possuir formação ou experiência, na atividade inerente ao posto de trabalho a ocupar.

Acha por demais evidente que o sr. Presidente da Câmara considere que tem o melhor júri constituído, no entanto, é-lhe permitido, na sua função de fiscalizador, discordar disso, essencialmente, porque esse júri inclui uma pessoa licenciada em história, por quem tem imenso respeito, mas que vai avaliar alguém que vem das áreas financeira e da contabilidade, e outra pessoa licenciada em direito, nas mesmas condições. Quanto ao Presidente do Júri, que lhe reconhece capacidade, está em minoria, não tendo sequer voto de qualidade, nem irá decidir sozinho. Em contrapartida, existem dois elementos do júri, que têm formação na área, mas que estão colocados como suplentes. Por último, clarificou que a sua argumentação não se referia às pessoas em si, mas, sim, às suas competências, considerando que o sr. Presidente da Câmara não tinha o direito de estar a desvirtuar as suas palavras.

Concluída o debate, passou-se à votação do **Ponto número três**: RECRUTAMENTO PARA CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA – PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL, que foi **aprovada por maioria**, com vinte votos a favor, sendo nove da CDU, sete do PSD, três do PS e um da CIMB, dois votos contra do PS e três abstenções do CHEGA.

PONTO 4 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022 – Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, com o n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

Na apresentação do tema, **o sr. Presidente da Câmara Municipal** avivou que o processo de descentralização de competências veio trazer mais responsabilidades para as Câmaras Municipais e, com isso, a necessidade de ter ao seu dispor mais meios humanos para fazer face às carências que se verificam nas escolas.

Lembrou que, na última sessão de 29 de julho passado, já tinha trazido uma proposta para a contratação de trabalhadores para a área da educação. Especificou que no arranque do ano letivo, houve um conjunto de situações que foram favoráveis, nomeadamente, naquilo que diz respeito ao fornecimento de refeições, onde se passou a confecionar cerca de 2.200 refeições, quando, anteriormente, eram cerca de 1600. O que resultou que as previsões que havia em função do histórico existente, nomeadamente, nas escolas do 2º e 3º ciclos, vieram a ampliar-se significativamente. Se por um lado, esse resultado o deixa satisfeito, por outro, obriga à contratação de mais recursos humanos.

Além dessa situação, existe uma outra que se coloca, o absentismo que se verifica nas escolas, que é elevado, em termos de rácios, e que cria problemas. Anteriormente, já se tinha esgotado aquilo que era a reserva de recrutamento em relação aos auxiliares de ação educativa e, com a presente proposta, vai-se igualmente esgotar a reserva que havia para auxiliares dos serviços gerais.

A proposta atual vai no sentido de recrutar mais oito auxiliares dos serviços gerais, disponíveis para entrar e que irão, de certa forma, colmatar os problemas existentes, mas que, na sua opinião, não deverão chegar, pelo que a intenção é lançar um novo concurso para recrutamento, quer de auxiliares de ação educativa, quer de auxiliares dos serviços gerais.

Ao quadro existente, juntam-se, igualmente, as aposentações que, num universo tão grande, como é o das escolas, causam um impacto considerável.

Aberto o debate, inscreveu-se a eleita **Cristina Brandão.**

Como professora, destacou que tinha passado uma semana, com muitos problemas relacionados com o absentismo das auxiliares. Deixou o reparo que quis reportar a situação aos serviços de educação da *Câmara Municipal, não o tendo conseguido, por via telefónica, numa dificuldade agravada, porque tentou* durante o dia inteiro, sem sucesso. Resolveu o problema com as auxiliares a fazerem horas extraordinárias, ficando sem as suas horas de almoço, tendo, ela própria, estado a servir almoços, na cantina. Tem conhecimento que situações como a que relatou, não acontecem, somente, na escola onde leciona, estendendo-se, também, por várias escolas.

Espera que os problemas se possam resolver com a contratação anunciada de mais funcionárias para as escolas. Não querendo desvalorizar os outros ciclos de ensino, pediu que se desse mais atenção às escolas do primeiro ciclo, atenta a sua faixa etária, tendo em conta que são crianças muito dependentes, que necessitam de muito apoio auxiliar.

Noutro ponto, felicitou a Câmara Municipal pela melhoria acentuada da comida servida nos refeitórios escolares, estendendo as felicitações ao setor de informática da autarquia pelo "*excelente*" trabalho que tem vindo a desempenhar junto das escolas.

Face ao reparo da eleita, **o sr. Presidente da Câmara** perguntou se tinha ligado para a Câmara Municipal ou para o Agrupamento de Escolas, tendo a eleita confirmado que o tinha feito diretamente para a Câmara Municipal. Deu a indicação que, em situações futuras, as deverá reportar ao Agrupamento respetivo, na medida em que a gestão de pessoal foi delegada pela Câmara Municipal nos Agrupamentos de Escola, por forma a ser articulada a ajuda necessária.

Terminado a discussão, procedeu-se à votação do **Ponto número quatro**: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022, que foi **aprovado, por maioria**, com dezoito votos a favor, sendo nove da CDU, cinco do PS, três do CHEGA e um da CIMB, e sete abstenções do PSD.

PONTO 5 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÈRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento:

O sr. Presidente da Câmara não fez qualquer declaração sobre o conteúdo do Ponto, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos necessários, tendo por base a informação distribuída aos eleitos.

Não houve inscrições para a discussão do Ponto, pelo que a **Assembleia Municipal tomou conhecimento do mesmo.**

PONTO 6 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto, ambos do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente:

No uso da palavra, **o sr. Presidente da Câmara** repetiu o que tinha dito anteriormente, ou seja, mantinha-se disponível para receber as questões que os eleitos pretendessem colocar.

Acrescentou, no entanto, mais informação em relação ao que já tinha dito anteriormente sobre a **localização do aeroporto**, desta vez, sobre a **opção**, recente, de **Santarém**.

Sublinhou que a proposta é em tudo idêntica à de Benavente, com a diferença que os seus promotores *demonstraram ter capacidade autónoma de investimento, não precisando de nenhuma comparticipação* por parte do Estado.

Relatou que, nesse mesmo dia da sessão, tinha tido a oportunidade de assistir à apresentação dessa proposta, sobre a qual achou não ter sido difícil concluir que existem soluções alternativas, viáveis, naquilo que é a atividade de um aeroporto. Nesse sentido, ficou claro, para si, que tinha sido "*deitado por terra*" o cenário que tinham tentado mistificar que o aeroporto, em Benavente, seria inviável, por ser um investimento avultado, uma solução negativa, que levaria o País à ruína, por não ter recursos para isso. Para além de se situar a uma hora de distância de Lisboa, como foi referido, recentemente, pelo atual Ministro das Finanças.

Espera que o processo se desenrole de uma forma séria e rigorosa, que vá de encontro àquilo que são os interesses do País e que a solução que vier a ser escolhida, expectante que recaia sobre "Benavente", seja o resultado de uma avaliação, criteriosa e independente, que sirva o presente e o futuro do País.

Para a discussão do Ponto, inscreveu-se o eleito, **Rui Feijoca**. Apontou várias questões:

Numa abordagem às **tasquinhas de Benavente**, reconheceu publicamente o trabalho desenvolvido pelas coletividades e seus voluntários, que contribuíram em muito para o sucesso das mesmas, tornando esse reconhecimento extensivo aos funcionários municipais.

Como ponto a melhorar no próximo ano, sugeriu que fossem repensadas as condições de trabalho nas cozinhas dos restaurantes, em função das condições climatéricas que se fizeram sentir, principalmente do calor, mas, também, da chuva, que levou, até, ao cancelamento de um espetáculo. Essas melhorias deveriam passar por uma melhor climatização da tenda dos restaurantes e das cozinhas, assim como um outro tipo de palco, que disponha, nomeadamente, de coberturas laterais.

Estranhou não ver qualquer registo em relação ao arroz carolino, no recinto das tasquinhas, como referência que é do turismo da Câmara Municipal.

Ainda, sobre o tema, questionou sobre os custos do evento e se a atribuição das tasquinhas era feita com base nalgum Regulamento Municipal existente. Teve conhecimento que tinha surgido uma desistência por parte de uma determinada coletividade e que o espaço que lhe estava destinado, acabou por ser atribuído a uma empresa privada e não a uma associação, como seria de esperar. Na sua opinião, em vez dessa opção, teria sido mais justo subdividir esse espaço pelas coletividades instaladas, do que entregá-lo a uma empresa privada. Questionou, igualmente, se essa solução tinha sido ponderada e se tinha havido algum acordo para que, o resultado apurado na exploração da tasquinha, fosse oferecido a alguma coletividade ou instituição, previamente, definida.

Noutro ponto, referiu-se às **obras de requalificação da zona histórica de Benavente**, que centrou no novo reordenamento do trânsito, recentemente implantado, sobre o qual assinalou os seguintes reparos:

1 – A parte da passagem do betuminoso para o empedrado, ainda tem areias; 2 – Pensa que a circulação de camiões ou autocarros no acesso à zona histórica, nomeadamente ao Calvário, se irá complicar; 3 – A Ladeira do Rio passou a ter muito mais trânsito e, por via disso, existem cruzamentos, que lhe dão acesso, que mereciam mais sinalização, a exemplo daquilo que acontece, também, com o circuito de acesso ao Calvário, pela Rua José Justino Lopes; 4 – Ficou com a ideia que a circulação, com o novo reordenamento, iria ficar em círculo, o que não se veio a verificar. Tal como está, dificulta o acesso dos residentes às suas moradias; 5 – Sugere que seja ponderado e reavaliado o acesso da EN 118 à Travessa da Rua Nova, por o trânsito se fazer num só sentido; 6 – O estacionamento na zona histórica continua a ser utilizado pelos funcionários municipais, embora exista um parque de estacionamento perto, localizado na zona ribeirinha. Acha que esse aconselhamento terá de partir da iniciativa do sr. Presidente da Câmara Municipal; 7 – Equacionou a possibilidade, ouvindo os residentes, de vir a ser implantada uma nova reordenação do trânsito, que se ajuste mais aos seus interesses. A propósito, deixou o apontamento de que alguns dos moradores da zona histórica não tiveram conhecimento das alterações verificadas na circulação do trânsito, ainda que tenha sido publicitado no site da Câmara Municipal.

Em resposta, **o sr. Presidente da Câmara Municipal** prestou os seguintes esclarecimentos:

Registou o evento das **tasquinhas de Benavente**, como tendo sido mais um êxito, inseridas no espaço "*extraordinário*" da zona ribeirinha.

Quanto às questões da **climatização do recinto**, anotou que a Câmara Municipal tem vindo, sucessivamente, a melhorar as suas condições, que se acentuaram no ano corrente, como por exemplo as cozinhas, que detêm, atualmente, melhores condições de funcionamento. A climatização é que poderá, eventualmente, ser revista.

Referiu que os **Custos do evento** se cifraram em cerca de 70.000,00 euros, valor significativo, que resulta daquilo que tem sido o evoluir da situação do País e das novas condições oferecidas às coletividades.

No que diz respeito à **zona histórica/Novo reordenamento do trânsito**:

- Transmitiu que tinha saído um comunicado à população, devidamente distribuído aos residentes, que *confirmou com os dois funcionários que fizeram esse trabalho e que a situação da Circulação na Ladeira* do Rio/Rua do Norte, tinha sido identificada anteriormente, tendo já sido colocado o espelho concavo. Em relação ao estacionamento por parte dos funcionários municipais, referiu que não se trata de uma imposição, no entanto, irá fazer um convite para que tomem, isso, em consideração, de forma a libertar aquele espaço. No respeitante à circulação pela Rua José Justino Lopes no acesso ao Calvário, esclareceu que a intenção do reordenamento é diminuir a circulação dentro da zona histórica e se a condução se faz com dificuldade, esse é um dos seus objetivos: reduzir a velocidade, reduzindo, também, a emissão de CO2. Quanto ao acesso da EN 118 à travessa da Rua Nova e a alteração de que foi alvo, informou que o parecer da IP foi no sentido de que, junto ao solar, não deveria haver acesso à

Rua João Sabino Almeida Fernandes, somente, no sentido do Calvário para a EN 118. Se fosse mantido o que estava, tornar-se-ia mais complicado porque conflituava ainda mais o acesso no local.

Ainda com o foco nesse tema, salientou que tem constatado uma série de reparos, para os quais acha que é necessário ter capacidade para receber o sentido crítico das pessoas. Disse que acreditava no projeto, elaborado por equipas técnicas, conhecedoras do terreno. Do mesmo modo, que considera que as pessoas têm o direito de avaliar, considera, também, que devem tentar perceber o porquê e os motivos de certas intervenções, deixando que as mesmas estabilizem. Quando terminarem, far-se-á, então, a avaliação. Admite que as obras, quando acontecem num espaço urbano, originem situações de complicação, atentos os incómodos daí decorrentes. Crê, no entanto, que o futuro trará resultados benéficos para todos, que irão, de certa forma, compensar os incómodos causados.

Finalizadas as intervenções, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluído o PERÍODO DA ORDEM DO DIA, anunciando a leitura da MINUTA DA ATA pela Primeira Secretária da Mesa, Maria Gertrudes Oliveira Borracha Pardão. Lida a Minuta da Ata e não tendo havido inscrições para a discussão, passou-se, de imediato, à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade, constituindo o anexo número um à presente ata**, da qual faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Benavente** despediu-se de todos os presentes na sala, dirigindo uma palavra de agradecimento à Casa do Povo de Santo Estevão pela cedência do espaço, aos funcionários da Câmara Municipal pelo trabalho de logística envolvido e à população que esteve presente nos trabalhos da sessão.

Deu por encerrada a sessão à uma hora e trinta e cinco minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na sessão ordinária subsequente, realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e dois, tendo sido aprovada, por unanimidade. A mesma foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica designada para lavrar as atas, que a elaborei e subscrevi.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente,

-Mário Rui Filipe Santos-

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente,

-Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente,

-José Duarte Salgueiro-

A Coordenadora Técnica,

-Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço-.

ANEXO (1)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

4ª Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2022 - Mandato 2021 - 2025

Hora de início: 20.35 horas

Hora de termo: 01.35 horas - Registe-se que, pelas 23.40 horas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Benavente, nos termos regimentais aplicáveis, solicitou ao plenário autorização para a continuidade dos trabalhos da presente sessão, a qual foi concedida, por unanimidade.

NÚMERO DE PRESENÇAS: 25 eleitos

CDU: Mário Rui Filipe Santos, Maria Gertrudes Oliveira Borracha Pardão, José Duarte Salgueiro, Irina Noël Matias Batista, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, e Joaquim Correia Castanheiro.

PPD/PSD: Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Dora Isabel Lúcio Morgado, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Nádia Isabel Pernes da Silva Matos e Armando Batista de Almeida.

PS: António José Rabaça Silva Ribeiro, Cláudia Sofia Gordo Martins, Pedro Alexandre Santos Gameiro e António Manuel Quaresma Serrano Galveia.

CHEGA: Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Paulo Alexandre Fonseca Cardoso e João Amândio Cação da Cruz.

CIMB (Candidatura Independente pelo Município de Benavente): Bruno Manuel Soares Nepomuceno.

Presidentes das Juntas de Freguesia: de Benavente, Inês Branco Almeida Vieira Correia (CDU); de Samora Correia, Augusto José Ferreira Marques (CDU); de Santo Estevão, Nelson Alexandre da Silva Norte (PSD), e da Barrosa, Ana Margarida da Silva Fonseca (PS).

FALTAS: justificou a ausência a eleita Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, do PSD, que foi substituída por Maria da Graça Oliveira Nobre Vicente.

OBSERVAÇÕES:

Compareceram também a esta Sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, e os Vereadores Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro do Vale, Hélio Manuel Faria Justino, José Manuel Valente Nunes Azevedo, Luís Miguel Neves Feitor e Milena Alexandra Boto e Castro.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: intervieram os seguintes elementos do público: 1. Rosa Maria Moura Cavaco; 2. Elsa Januário Correia; 3. Alfredo Manuel Fernandez Martinez; 4. Rodrigo Gallego; 5. Luís Manuel Costa Arrais; 6. Carla Sousa Rocha Massano; 7. Alexandra Rodrigues; 8. Elisabete Silva; 9. Maria Júlia Ferreira; 10. Sandra Cardoso.

PONTO N.º 1	**PONTO 1 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO E DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) 02 DE SAMORA CORREIA E OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA - PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA** – Discussão e eventual aprovação da alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) 02 de Samora Correia, do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU 02 de Samora Correia. Pronúncia sobre a constituição do município de Benavente como entidade gestora das Operações de Reabilitação Urbana nas áreas em causa, bem como sobre a atribuição dos benefícios fiscais - tudo, para efeitos de início do necessário procedimento de consulta pública, mediante publicação oficial em Diário da República, nos termos das disposições conjugadas das alíneas c) e r) do n.º 1 do artigo 25.º d o Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação e dos artigos 45.º e 71.º do Estatuto dos Benefício Fiscais:					
APROVAR	X			**FAVOR**	**25**	**9 CDU, 7 PSD, 5 PS, 3 CHEGA, 1 CIMB.**
NÃO APROVAR		**UNANIMIDADE**	X	**CONTRA**		
RATIFICAR		**MAIORIA**		**ABSTENÇÃO**		
RETIRAR DA OT				**QUALIDADE**		

Deliberado, <u>por unanimidade, aprovar</u> A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO E DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) 02 DE SAMORA CORREIA E OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA - PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Não houve.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho.

PONTO N.º 2	**PONTO 2 - PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS (UCSP) DE BENAVENTE – RELATÓRIO, INCLUINDO A APRECIAÇÃO DOS CONTRIBUTOS EM FASE DE CONSULTA PÚBLICA E A PROPOSTA DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL, PARA EFEITOS DE SUBMISSÃO À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Discussão e eventual aprovação, ao abrigo e nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual:						
APROVAR	X			**FAVOR**	25	**9 CDU, 7 PSD, 5 PS, 3 CHEGA, 1 CIMB.**
NÃO APROVAR		**UNANIMIDADE**	X	**CONTRA**		
RATIFICAR		**MAIORIA**		**ABSTENÇÃO**		
RETIRAR DA OT				**QUALIDADE**		

Deliberado, por unanimidade, aprovar O PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS (UCSP) DE BENAVENTE – RELATÓRIO, INCLUINDO A APRECIAÇÃO DOS CONTRIBUTOS EM FASE DE CONSULTA PÚBLICA E A PROPOSTA DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: - Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, do CHEGA; - António José Rabaça Silva Ribeiro, do PS; - Ricardo Alexandre Frade Oliveira, do PSD; - António Paulo Ramos dos Reis, da CDU e Pedro Alexandre Santos Gameiro, do PS.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho.

PONTO N.º 3	**PONTO 3 – RECRUTAMENTO PARA CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA – PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL** – Apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto:					
APROVAR	X			**FAVOR**	**20**	**9 CDU, 7 PSD, 3 PS, 1 CIMB.**
NÃO APROVAR		**UNANIMIDADE**		**CONTRA**	**2**	**PS.**
RATIFICAR		**MAIORIA**	X	**ABSTENÇÃO**	**3**	**CHEGA.**
RETIRAR DA OT				**QUALIDADE**		

Deliberado, por maioria, aprovar A PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE UM CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: António José Rabaça Silva Ribeiro, do PS.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, *Carlos António Pinto Coutinho*.

PONTO N.º 4 **(PONTO EXTRA)**	**PONTO 4 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022** – Para efeitos de tomada de deliberação, nos termos e ao abrigo do disposto, conjugadamente, nas alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atual e no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atual.

APROVAR	X			**FAVOR**	**18**	**9 CDU, 5 PS, 3 CHEGA, 1 CIMB.**
NÃO APROVAR		**UNANIMIDADE**		**CONTRA**		
RATIFICAR		**MAIORIA**	X	**ABSTENÇÃO**	**7**	**PSD**
RETIRAR DA OT				**QUALIDADE**		

A pedido da Câmara Municipal, foi solicitada a introdução deste **PONTO EXTRA** na Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido autorizada, **constituindo-se como Ponto n.º 4.**

Deliberado, por maioria, aprovar A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, do CHEGA.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

4ª Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2022 - Mandato 2021 - 2025

APROVAÇÃO EM MINUTA

APROVAR	X		**FAVOR**	**25**	**9 CDU, 7 PSD, 5 PS, 3 CHEGA, 1 CIMB.**
NÃO APROVAR		**UNANIMIDADE X**	**CONTRA**		
RATIFICAR		**MAIORIA**	**ABSTENÇÃO**		
RETIRAR DA OT			**QUALIDADE**		

Aprovadas, por UNANIMIDADE, em MINUTA, as deliberações, podendo as mesmas adquirir a eficácia legalmente prevista, conforme o disposto nos artigos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente minuta, depois de lida em voz alta, foi aprovada e vai ser devidamente assinada e as suas folhas, em número de **seis**, rubricadas pelo Presidente da Assembleia Municipal, Mário Rui Filipe Santos, pela Primeira Secretária, Maria Gertrudes Oliveira Borracha Pardão, pelo Segundo Secretário, José Duarte Salgueiro e por Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, Coordenadora Técnica do Município de Benavente.

O Presidente da Mesa,

-Mário Rui Filipe Santos-

A Primeira Secretária,

-Maria Gertrudes O. Borracha Pardão-

O Segundo Secretário,

-José Duarte Salgueiro-

A Coordenadora Técnica,

-Maria Clara C. Parracho S. Lourenço-